Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	15
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	50
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	57
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	59
10.5 - Políticas contábeis críticas	60
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	66
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	67
10.8 - Plano de Negócios	68
10.9 - Outros fatores com influência relevante	75

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, cuja proposta foi apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2022.

Ressalta-se que a Política de Gerenciamento de Riscos, bem como o Código de Ética e Conduta, a Política Anticorrupção, a Política de Prevenção e Combate à Lavagem e Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, e as demais políticas e regimentos estão disponíveis no website: https://ri.prio3.com.br/

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia continuamente monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, com o objetivo de acompanhar os níveis de tolerância e a execução da estratégia planejada pela Administração.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades que devem ser observados em todos os processos inerentes às atividades da Companhia, por meio da identificação, análise, priorização, abordagem de tratamento, monitoramento e a comunicação dos riscos que podem afetar o alcance e a execução do plano estratégico. Assim, a Companhia está comprometida com o gerenciamento de riscos e tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Neste sentido, o modelo de gerenciamento de riscos praticado na Companhia tem como base o conceito de três linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA), por meio do qual cada ente da organização tem papéis definidos em seu processo de gestão dos riscos.

Conforme o modelo acima, os papéis e responsabilidade se dividem da seguinte forma:

Conselho de Administração

- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos, bem como suas alterações oriundas das revisões;
- Definir o perfil de risco da Companhia;
- Avaliar a adequação da função de riscos de forma a assegurar a efetividade desta Política;
- Assegurar a efetividade e acompanhar o cumprimento do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;
- Assegurar a autoridade, autonomia, independência e responsabilidade da função de riscos.

Comitê de Ética e Compliance

- Validar e aprovar a régua de impacto e probabilidade;
- Aprovar as diretrizes do processo de gestão de risco corporativos, incluindo a matriz de riscos identificados:
- Assegurar o cumprimento da matriz de alçadas para a assunção dos riscos;
- Apoiar a disseminação da cultura de gestão de riscos;
- Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos corporativos;
- Acompanhar os planos de ação de tratamento dos riscos;
- Receber reporte da função de riscos para avaliar periodicamente a matriz dos riscos corporativos priorizados e ações mitigatórias estabelecidas;
- Assessorar o Conselho de Administração na avaliação e monitoramento periódico do portfólio de riscos corporativos.

Diretoria Executiva

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Participar do processo de gestão de riscos corporativos e assegurar que esteja alinhado às práticas da Companhia e às boas práticas de mercado;
- Assegurar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos corporativos;
- Disseminar a cultura da gestão de riscos para toda a Companhia;
- Apreciar eventuais alterações nas disposições da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Participar do processo de construção e atualização do portfólio de riscos corporativos;
- Contribuir com a avaliação dos riscos, conforme os critérios de impacto e probabilidade estabelecidos;
- Apoiar na definição dos proprietários dos riscos corporativos;
- Aprovar o portfólio e indicar os riscos a serem priorizados;
- Assegurar o *enforcement* para que os proprietários dos riscos atuem adequadamente na avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos;
- Avaliar os planos de ação a serem capitaneados pelos proprietários dos riscos corporativos priorizados;
- Aprovar processo de assunção de responsabilidade relacionado aos riscos significativos e altos após o aceite do Comitê de Ética e Compliance.

Função de Riscos

- Desenvolver, sugerir e revisar diretrizes para o processo de gestão de riscos corporativos da Companhia;
- Elaborar e manter atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos;
- Acompanhar a implementação da Política Gerenciamento de Riscos por toda a Companhia;
- Elaborar e realizar o plano de trabalho, incluindo orçamento, recursos (humanos e tecnológicos) e prazos, a fim de viabilizar a execução do processo de gestão de riscos corporativos de maneira eficiente;
- Auxiliar na adequação das áreas ao perfil de risco da Companhia;
- Promover a interface entre o processo de gerenciamento de riscos e de atualização da estratégia de negócios;
- Desenvolver ações de comunicação e treinamento visando disseminar a cultura de gestão de riscos corporativos por toda a Companhia;
- Fornecer apoio metodológico para a gestão dos riscos corporativos às áreas da Companhia;
- Receber e consolidar eventuais mudanças na criticidade dos riscos corporativos e reportálas à Diretoria Executiva, Comitê de Ética e Compliance e ao Conselho de Administração;
- Monitorar e consolidar os status dos planos de ação e indicadores de risco (KRIs), enviados pelos proprietários dos riscos corporativos e emitir reportes periódicos à Diretoria Executiva, ao Comitê de Ética e Compliance e ao Conselho de Administração;
- Propor a revisão do portfólio de riscos corporativos sempre que houver atualizações no planejamento estratégico.

Função de Controles Internos

- Atuar no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Companhia;
- Atuar em conjunto com a função de gestão de riscos no apoio aos proprietários de risco;
- Disseminar a cultura de controles internos na Companhia por meio de treinamentos e comunicações direcionadas;
- Mapear os processos internos da Companhia conforme o grau de exposição a riscos, trabalhando junto aos proprietários dos riscos e demais gestores na construção de matrizes de controles;
- Auxiliar no processo de avaliação dos riscos, especialmente no que tange a identificação dos controles internos existentes;
- Suportar os proprietários dos riscos na elaboração e implementação dos planos de ação para mitigação dos riscos;
- Auxiliar as demais áreas no (re)desenho de seus processos, de acordo com o plano de ação definidos em conjunto;
- Auxiliar os proprietários dos riscos no reporte do andamento da implementação dos planos de ação para a função de Gestão de Riscos;
- Estabelecer controles de forma a assegurar a efetividade da Matriz de Riscos.

Proprietários dos riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relacionados, de forma a cumprir os objetivos estratégicos e em observância ao perfil de risco da Companhia;
- Elaborar, sugerir e implementar os planos de ação e/ou de contingência para a mitigação dos riscos (com envolvimento de outras áreas, se necessário);
- Elaborar as fichas de riscos e atualizá-las periodicamente e sempre que necessário;
- Atuar no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Companhia;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos para os demais integrantes de sua área:
- Comunicar tempestivamente a função de riscos ao identificar novos riscos ou alterações em riscos atuais;
- Implementar os planos de ação definidos em conjunto com as funções de Gestão de Riscos e Controles Internos a partir de cada risco identificado;
- Definir indicadores de risco (KRIs) para monitorar a variação e os resultados dos riscos corporativos sob sua responsabilidade;
- Efetuar reportes periódicos à função de riscos sobre o acompanhamento do risco sob sua responsabilidade;
- Efetuar reportes à Diretoria Executiva, Comitê de Ética e Compliance, e/ou Conselho de Administração quando demandado.

Função de Auditoria Interna

- Atuar no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Companhia;
- Avaliar de forma independente e objetiva o processo de gestão de riscos da Companhia;
- Avaliar de forma independente, objetiva e contínua os controles internos estabelecidos para os riscos priorizados e/ou com exposição superior ao apetite a risco da Companhia;
- Estabelecer um plano de auditoria para avaliação dos processos internos da Companhia conforme seu grau de exposição a risco;
- Avaliar a efetividade dos planos de ação implementados;

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional contempla mecanismos e procedimentos adequados para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, cuja proposta foi apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2022.

Em relação aos riscos identificados e mapeados aos quais a Companhia possa estar exposta e que possam afetar a sua estratégia, objetivos e operação, a dimensão financeira foi categorizada para avaliar e mitigar o risco de perdas resultantes de flutuações de mercado que impactem a apreciação dos ativos, bem como os riscos relacionados à capacidade de crédito dos clientes, das fontes pagadoras e da própria liquidez da Companhia para com suas obrigações financeiras.

A Companhia entende que mantém controle constante acerca de seus riscos de mercado, conforme item "b" abaixo.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta a riscos de mercado próprios às suas atividades na indústria de óleo e gás, incluindo a oscilação dos preços de petróleo e seus derivados, condições de mercado (níveis de oferta e demanda) e política regulatória para a indústria na qual atua, riscos ambientais, taxas de câmbio (e políticas de controle cambial), taxas de juros e inflação, riscos de crédito e de liquidez, condições macroeconômicas verificadas no Brasil e nos demais países do mundo, além da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal. Além disso, visando a redução de riscos não inerentes às suas atividades, a Companhia não poderá de ser sócia, acionista ou quotista em atividades não previstas no seu Estatuto Social, reformado em 2020.

Anteriormente à reforma do Estatuto Social, a Companhia havia realizado aplicações especulativas nos anos de 2017 e 2018, mas, em todos os casos, expondo menos de 3% do seu caixa e equivalentes para limitar exposição ao risco.

Em relação ao risco de crédito e de liquidez, a Companhia busca minimizar tais risco com aplicações financeiras, em sua maioria, com liquidez diária, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração visando garantir que o plano de negócios não sofrerá interferências e a Companhia não terá perdas financeiras.

Em relação ao risco inerente ao preço de petróleo especificamente, a Companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os efeitos da volatilidade dos preços dessas commodities para as vendas dos meses subsequentes.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia pode utilizar instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos para gerenciar riscos relacionados às alterações nas taxas de câmbio, juros e preço das commodities. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estas operações serão lançadas no balanço patrimonial com base no valor justo de mercado reconhecido nos demonstrativos de receitas, exceto nos casos em que critérios específicos de hedge sejam preenchidos.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020, e 2021, foram realizadas operações de *hedge* dentre offtakes, apenas quatro contratos ainda estavam vigentes e não tinham sido liquidado até 31 de dezembro de 2021.

A contratação de derivativos em 2021 teve como objetivo oferecer cobertura (*hedge*) contra o risco de volatilidade dos preços do petróleo para as vendas de 2021 e 2022.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levandose em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (*trader*), que também atua como intermediário nas transações de venda do petróleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as vendas líquidas de petróleo foram descentralizadas, com vendas para os clientes Trafigura, Petrochina, Shell. Total, BP e Chevron, e as vendas de gás para um único cliente (Petrobras), no entanto apresentam risco de crédito irrelevante, considerando que historicamente não possuem atrasos nem inadimplências.

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

A Companhia realiza o acompanhamento ativo das taxas contratadas confrontadas com as taxas vigentes no mercado, bem como informações disponíveis acerca das instituições financeiras com as quais mantém relacionamento. O risco da taxa de juros é mitigado por meio da aplicação dos recursos disponíveis em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Além disso, é realizado um acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, a Companhia contrata operações com derivativos para neutralizar os impactos das oscilações de preço das *commodities*.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia poderá celebrar contratos de hedge, que induzem a potenciais perdas ou ganhos financeiros. Além disso, caso a Companhia celebre contratos de hedge, poderá limitar seu potencial de ganho em função da estratégia de hedge executada (ex.: travas de preços mínimo e máximo), não auferindo necessariamente todo o potencial de aumento do preço da commodity em uma eventual venda. Caso não celebre operações de hedge, poderá estar mais suscetível a reduções nos preços do óleo e gás natural do que seus concorrentes que realizam essas operações. Conforme descrito no item 5.2. iii. a Companhia realizou, cinco operações de hedge em 2019 e seis em 2020 e dez em 2021.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia tem como prática o gerenciamento contínuo dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das operações de forma adversa. Adicionalmente, a Diretoria Financeira da Companhia apresenta periodicamente a posição de caixa e dívidas para os membros do Conselho de Administração.

(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade da gestão de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui um conjunto de controles internos capaz de assegurar a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como garantir a precisão e transparência das demonstrações contábeis para fins externos, observando a conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registram transações e disposições dos ativos da Companhia; (ii) assegurar a integridade das transações registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que as receitas e despesas da Companhia estão sendo reconhecidas adequadamente; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia que poderia ter um efeito significativo em suas demonstrações contábeis.

A Companhia mantém contínuas diretrizes de fortalecimento e aprimoramento do seu ambiente de controles internos e governança corporativa, adotando adequadas estruturas de gestão e boas práticas de mercado. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações. A área de Controles Internos é responsável por manter as matrizes de riscos e controles internos atualizadas.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura organizacional de normas, procedimentos e controles internos capaz de assegurar a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras. Subordinada à Diretoria Financeira, a Companhia dispõe de uma área de Controles Internos responsável por implementar e manter a estrutura adequada de processos identificados como relevantes. O resultado da avaliação e eficácia do ambiente de controles internos é compartilhado com os gestores responsáveis pelos processos por meio de matrizes de riscos, as quais contém um resumo das não conformidades por ventura identificadas e as respetivas recomendações de melhoria e aprimoramento.

Não obstante a existência de uma área específica de Controles Internos, toda a matriz organizacional está envolvida em promover o cumprimento das normas e procedimentos.

A Companhia também possui um Comitê de Ética e Compliance, que é órgão responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de Compliance da Companhia. Cabe ao Comitê, no exercício de suas atribuições, agir conforme os valores da Companhia, leis pertinentes e de acordo com as regras estabelecidas no Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, garantindo um ambiente de negócios íntegro e a preservação do ativo reputacional da Companhia. A atuação do órgão é puramente consultiva, de modo que lhe cabe sugerir ou opinar acerca de questões pertinentes a serem avaliadas oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Como parte do processo de avaliação do ambiente de controles internos, a Administração promove a revisão de todos os controles com a participação efetiva de todas as Gerências envolvidas nos processos, e realiza testes de validação visando a busca pela efetividade dos controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No nível de transações, as atividades de controles internos são implementadas, monitoradas e avaliadas de acordo com a classificação dos controles e materialidade, a fim de mitigar riscos e impacto nas demonstrações financeiras. A área de Controles Internos, que faz parte da Diretoria Financeira, é responsável por supervisionar a eficiência dos controles internos da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Foram identificadas deficiências de controle interno e oportunidades de melhorias dos processos internos da Companhia.

A Companhia não identificou nenhuma mudança que tenha afetado de forma relevante os controles internos no processo de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, durante o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois não foram identificadas deficiências significativas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras encaminhado à Companhia.

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A evolução normativa, o aperfeiçoamento das atividades dos organismos de controle e fiscalização e os últimos escândalos noticiados pelas mídias nacionais e internacionais, bem como a mudança no comportamento de clientes, empregados e candidatos a vagas de emprego, investidores e parceiros de negócios/comerciais, cada vez mais atentos à atuação das empresas, demonstram a importância da criação e manutenção de uma cultura de integridade e Compliance, como instrumento para (i) a atração e retenção de recursos e mão de obra qualificada, (ii) a preservação das relações de negócios e da boa reputação, (iii) o resguardo das estratégias corporativas e garantia da perenidade da Companhia.

Atenta às mudanças do mercado e às obrigações normativas, e no intuito de preservar os interesses de seus acionistas e demais partes relacionadas, a Companhia, reconhecendo a importância do contínuo aprimoramento das suas políticas e controles, bem como dos esforços permanentes voltados ao desenvolvimento moral de seus colaboradores, resolveu formalizar seu Programa de Compliance em 2018, com a contratação de especialista de controles internos e compliance em setembro de 2018 e de consultoria especializada em outubro do mesmo ano ("Programa"). O Programa abrange toda a organização, empregados, terceiros e parceiros de negócios e observa, além das leis nacionais e internacionais às quais está submetida, os códigos de boas práticas da indústria de óleo & gás, as normas de boa governança corporativa e as expectativas dos acionistas, partes relacionadas e da comunidade.

A concepção do Programa levou em conta questões internas e externas à Companhia e que podem afetar os seus objetivos e a estratégia da Companhia.

Os seguintes fatores foram considerados:

- a) tamanho, estrutura e delegação de autoridade para tomada de decisão da organização;
- b) localizações e setores nos quais a organização opera ou antecipa a operação;
- c) natureza, escala e complexidade das operações e atividades da organização;
- d) modelo de negócio da organização;
- e) entidades sobre as quais a organização tenha controle e entidades que exerçam controle sobre a organização;
- f) parceiros de negócio da organização;
- g) natureza e extensão das interações com agentes públicos; e
- h) obrigações e deveres estatutários, regulatórios, contratuais e profissionais aplicáveis.

A criação de um programa robusto e efetivo de integridade é o primeiro passo para mitigar os riscos que envolvem a Companhia.

O Programa tem como objetivo prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e orientar a tomada de decisão pelos executivos, garantindo o respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas.

Tendo em vista que o Programa é um organismo dinâmico, mutável e fluido, por refletir e acompanhar as mudanças nos negócios da Companhia, o planejamento não é permanente/invariável, podendo, portanto, sofrer ajustes durante sua execução.

Diante das iniciativas do Programa, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade e sem ressalvas em março, agosto e dezembro de 2019:

- O novo Código de Ética e Conduta;
- A Política Anticorrupção;
- A Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- A Política de Transações com Partes Relacionadas;
- A Política de Divulgação de Informações Relevantes, Preservação de Sigilo e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia (Atualização);
- A constituição do Comitê de Ética e Compliance e seu respectivo Regimento Interno;
- A implementação do Canal de Integridade que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código de ética e conduta, políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia.

Em fevereiro de 2021:

- A constituição do Comitê de Indicação e seu respectivo Regimento Interno;
- A constituição do Comitê de Auditoria Estatutário e seu respectivo Regimento Interno;
- A Política de Indicação.

E em fevereiro e março de 2022:

- A Política de Gerenciamento de Riscos;
- A Política de Remuneração dos Administradores;
- A Criação da área de Auditoria Interna.

A Companhia está comprometida com o cumprimento de todo o conteúdo da Lei 12.846/13, regulamentada pelo Decreto 8.420/15, e suas alterações posteriores ("Lei Anticorrupção") e de todas as leis e regulamentações aplicáveis e em vigor relacionadas ao combate de práticas de suborno, corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A Companhia estabelece a exigência de que todos os seus administradores, colaboradores e prestadores de serviço, conduzam todas as suas atividades, com integridade e nos mais elevados padrões éticos. Em novembro de 2020, a Companhia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos. Mais informações sobre o Programa podem ser acessadas no site: https://www.prio3.com.br/compliance/compromisso.

O Código de Ética e Conduta e as Políticas acima mencionadas se aplicam a todos os conselheiros, diretores, colaboradores, terceiros, e a todas as pessoas que trabalham direta ou indiretamente para a Companhia, suas subsidiárias, empresas sob controle comum, consorciadas, parceiros de negócios e comerciais, e tem como objetivo esclarecer as obrigações éticas e legais da Companhia, promovendo relações saudáveis no âmbito interno e externo.

As diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, bem como as normativas da Lei Anticorrupção, lei norte-americana contra práticas corruptas no exterior (FCPA), Lei Luxemburguesa de Combate à Corrupção de 13 de fevereiro de 2011 e outras leis de combate à corrupção são aplicáveis aos negócios da Companhia. A Companhia veda práticas configuradas como corrupção, suborno, pagamento ou recebimento indevidos, sejam na esfera pública ou privada. Em observância das leis e normas, nacionais e internacionais, relativas aos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, a Companhia reforça o compromisso e instrui seus colaboradores e terceiros que atuam em seu nome ou em seu favor à correta identificação do delito, a fim de resguardar os valores da Companhia, sua imagem, interesses dos acionistas e demais partes relacionadas.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de *compliance* adotados pela Companhia são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os colaboradores por meio do Programa, do Código de Ética e Conduta e demais políticas complementares e práticas mencionadas acima, de forma a disseminar os princípios éticos que norteiam a Companhia; (ii) oferecimento de treinamentos gerais a todos os colaboradores e específicos a colaboradores

PÁGINA: 10 de 78

de áreas e cargos mais suscetíveis ao risco mapeado e terceiros; (iii) adoção e acompanhamento de indicadores de monitoramento de riscos; (iv) detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização de canais de denúncias e de meios de reporte de preocupações ("Canal de Integridade"); (v) monitoramento e revalidação contínuos dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade, que, por sua vez, inclui o risco de corrupção, com periodicidade, ao menos, anual; (vi) revisão, ao menos, anual, de suas políticas, práticas e procedimentos internos; (vii) trabalhos de conscientização e divulgação da importância e finalidade dos mecanismos de *compliance*; e (viii) processo de *due diligence* de seus clientes (KYC) e fornecedores (KYS), elemento primordial e indispensável na luta e prevenção ao crime de lavagem de dinheiro e anticorrupção com o objetivo de avaliar os potenciais riscos de intenções ilegais para o relacionamento comercial.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui um Comitê de Ética e Compliance, que é órgão responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de todas as atividades de Compliance. Cabe a este Comitê, no exercício de suas atribuições, agir conforme os valores da Companhia, leis pertinentes e de acordo com as regras definidas no Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, garantindo um ambiente de negócios íntegro e a preservação do ativo reputacional da Companhia. A atuação do órgão é puramente consultiva, de modo que lhe cabe sugerir ou opinar acerca de questões pertinentes a serem avaliadas oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, a Diretoria da Companhia é responsável por garantir a aplicação do Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, e por propor ao Conselho de Administração o seu aperfeiçoamento e atualização, sempre que necessário.

(iii) código de ética ou de conduta

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os conselheiros, diretores, colaboradores, terceiros, e a todas as pessoas que trabalham direta ou indiretamente para a Companhia, suas subsidiárias, empresas sob controle comum, consorciadas, parceiros de negócios e comerciais, e tem como objetivo esclarecer as obrigações éticas e legais da Companhia, promovendo relações saudáveis no âmbito interno e externo.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Por meio do Comitê de Ética e Compliance, a Companhia fornece treinamentos periódicos a seus colaboradores e terceiros sobre a necessidade de cumprimento do disposto no Código Ética e Conduta, bem como para dirimir todas as dúvidas eventualmente levantadas por eles, sendo certo que tais treinamentos são oferecidos, no mínimo, com periodicidade anual, de forma presencial e/ou na modalidade "e-learning". Ainda, os Colaboradores devem assinar Termo de Compromisso e Adesão anexo ao Código de Ética e Conduta, comprometendo-se a zelar pela aplicação das normas e princípios nele contidos.

Além disso, em caso de violação ao Código de Ética e Conduta passível de sanção de advertência ou suspensão, o colaborador responsável pela referida violação poderá ser demandado a participar de treinamento de reciclagem, que objetiva esclarecer dúvidas, reforçar as diretrizes das normas da Companhia e expectativas quanto ao comportamento daqueles que atuam em seu nome ou em seu favor.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

As infrações das regras previstas no Código de Ética e Conduta poderão resultar nas seguintes ações disciplinares para os colaboradores da Companhia: (i) advertência; (ii) suspensão; e (iii) rescisão do contrato de trabalho. De forma adicional à advertência ou suspensão, conforme mencionado acima, o colaborador poderá ser demandado a participar de treinamento de reciclagem.

Além disso, em relação a terceiros, como parceiros de negócios/comerciais, as violações às diretrizes previstas no Código de Ética e Conduta poderão ensejar (i) notificação de infração aos termos contratuais e/ou legais; (ii) suspensão do contrato; e (iii) denúncia do contrato e bloqueio do parceiro nos cadastros da Companhia. Aqueles sujeitos às penalidades acima ainda poderão responder civil e criminalmente por suas ações ou omissões, quando identificada infração às leis, dano irreparável à Companhia, seus acionistas, clientes ou parceiros de negócios/comerciais.

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A última versão do Código de Conduta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de abril de 2023 e está disponível em seu *website* (ri.prio3.com.br), no *website* da CVM (<u>www.cvm.gov.br</u>) e no *website* da B3 (<u>www.b3.com.br</u>).

(b) canal de denúncia

A Companhia dispõe do Canal de Integridade, seu canal de denúncias, que é um dos seus pilares do Programa de Ética & Compliance. O recebimento de denúncias é feito via empresa de consultoria terceirizada e independente, a Kadima Outsourcing, estando disponível para acesso pelo site https://sistema.kadimaoutsourcing.com/integridade/PetroRio.

O Canal de Integridade é destinado aos colaboradores da Companhia e também está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros. As informações registradas no Canal de Integridade são tratadas como confidenciais, sendo preservada, dentro de limites razoáveis, a identidade do denunciante, exceto nos casos em que a Companhia seja legalmente obrigada a informar às autoridades governamentais.

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra aquele que informar fato ou suspeita de conduta ilegal, violações contra as normas do Código Ética e Conduta e suas políticas complementares, ou que colaborar nos processos de apuração de possíveis fraudes.

O órgão responsável pela apuração das denúncias e definição das sanções é o Comitê de Ética e Compliance.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares. Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna especializada responsável pela realização de quaisquer destes processos, bem como segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais cabe citar:

- a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados;
- a realização de avaliação FCPA (Foreign Corrupt Practices Act) em todas as diligências;
- a contratação de escritórios de advocacia conceituados;
- a contratação de assessor operacional com ampla expertise no setor; e

PÁGINA: 12 de 78

- a submissão prévia de todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias ao Conselho de Administração.
- (d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

PÁGINA: 13 de 78

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta. A Diretoria da Companhia não identifica qualquer cenário de aumento ou redução de sua exposição relevante de tais riscos.

PÁGINA: 14 de 78

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a este item que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 15 de 78

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras comentadas neste item da Proposta da Administração, exceto quando de outra forma indicado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards ou "IFRS"). As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia enviadas à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inclusive as Notas Explicativas a elas relativas. A análise da Administração acerca dos resultados obtidos e as razões para a flutuação de valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião em relação aos efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados, patrimonial e fluxo de caixa ao longo dos exercícios/períodos. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas neste item significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total e/ou passivo e patrimônio líquido nos exercícios e períodos aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board ou "IASB"), respectivamente. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, com impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, reconhecendo inicialmente o montante de R\$ 1.061.452 mil, tanto no ativo de direito de uso quanto no passivo de encargos.

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus e declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, estabeleceu um cenário novo, de elevada complexidade para a gestão empresarial em todos os setores da economia mundial. Para mais informações sobre os efeitos da pandemia nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide itens 3.3, 7.1, 7.9, 10.2 e 10.9 do Formulário de Referência da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.petroriosa.com.br/) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Com o objetivo de assegurar o pagamento das novas aquisições de ativos concluídas em 2019 e 2020, bem como financiar o desenvolvimento dos reservatórios em Polvo e o tieback entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo, a Companhia contratou novos financiamentos, otimizando desta forma a sua estrutura de capital.

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez geral e endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

PÁGINA: 16 de 78

	ÍNDICE DE ESTRUTURA	PATRIMONIAL	ÍNDICES DE S	OLVÊNCIA	
Ano	Capital de Terceiros / Capital Próprio ¹	Endividamento Geral ²	Liquidez Geral ³	Liquidez Corrente ⁴	
31/12/2021	0,85	0,46	1,08	5,53	
31/12/2020	1,16	0,54	0,49	0,82	
31/12/2019	1,54	0,61	0,46	0,91	

¹ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido

Considerando os valores calculados para os índices apresentados acima, a Administração considera que a Companhia se encontra com liquidez satisfatória e saúde financeira suficiente para atender as obrigações com terceiros e capital de giro.

O capital circulante líquido, apurado em 31 de dezembro de 2021 através da diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, totalizava um ativo circulante líquido de R\$ 4.941.288 mil, representando condições suficientes para o cumprimento das obrigações de curto prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, o capital circulante líquido totalizava um passivo circulante líquido de R\$ 379.122 mil e de R\$ 156.693 mil, respectivamente, representando desta forma condições adequadas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

(b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia está apresentada abaixo:

R\$ mil	31/12/2	2021	31/12	2/2020	31/12	/2019
Capital Próprio	6.620.249	54,17%	3.151.263	6.620.249	54,17%	3.151.263
Capital de Terceiros	5.601.167	45,83%	3.641.570	5.601.167	45,83%	3.641.570
Total do passivo e Patrimônio líquido	12.221.416	100,00%	6.792.833	12.221.416	100,00%	6.792.833

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 6.620.249 mil, comparado a R\$ 3.151.263 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento de 110% do patrimônio líquido deve-se principalmente à oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, com fixação do preço por ação no valor de R\$ 69,00, perfazendo o montante total de R\$ 2.049.000 mil e o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 29.700.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.151,263 mil, comparado a R\$ 2.165.101 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 982.174 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento do patrimônio líquido de 46% em 31 de dezembro de 2020 quando comparado com 31 de dezembro de 2019 refere-se principalmente ao ajuste de conversão de investimento no exterior.

^{2 (}Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo

^{3 (}Ativo Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

⁴ Ativo Circulante / Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 54,17% de capital próprio (patrimônio líquido) e 45,83% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2020 era composta por 46,4% de capital próprio (patrimônio líquido) e 53,6% de capital de terceiros (passivo total) e em 31 de dezembro de 2019 era composta por 39,44% de capital próprio e 60,56% de capital de terceiros.

A Companhia vem, consistentemente, monitorando sua liquidez e seu grau de alavancagem. Após a emissão de Notas Representativas da Dívida (<u>bonds</u>) no valor de US\$ 600 milhões em junho de 2021, a Companhia realizou, ao longo do último trimestre de 2021 a quitação integral de todas as outras dívidas, deixando o *bond* como único financiamento vigente.

Chevron:

A Companhia assinou em 29 de janeiro de 2019 com vigência a partir de 25 de março de 2019, com a Chevron Latin America Marketing LLC e Chevron Amazonas LLC, um contrato para aquisição da Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. (atualmente denominada Petro Rio Jaguar petróleo Ltda.), Chevron Frade LLC e Frade B.V. no valor de US\$ 224.023 milhões, com prazo de dois anos. O financiamento tem custo de Libor + 3% a.a. Em junho de 2020 foi assinado aditivo ao contrato alterando o prazo final do contrato para novembro de 2021, com quitação em 3 parcelas, sendo a primeira em novembro de 2020, a segunda em maio de 2021 e a última em novembro de 2021, com juros renegociados de 7% a.a. Em maio de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

ICBC:

A Companhia possuía 2 contratos de financiamento com o banco chinês ICBC. Um contrato de pré-pagamento à exportação de US\$ 60 milhões com prazo de quatro anos e um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de US\$ 9 milhões. Em novembro de 2020, o financiamento de US\$ 9 milhões foi quitado e em dezembro de 2020 a Companhia quitou antecipadamente o contrato de US\$ 60 milhões, zerando seu saldo em aberto com o banco. O financiamento tinha custo de Libor + 3% a.a. e Libor + 2,5% a.a., respectivamente.

Citibank:

Em setembro de 2019, a Companhia assinou com o Banco Citibank um contrato de antecipação de recebíveis no valor de US\$ 48 milhões com prazo de 4 meses e custo de Libor + 3% a.a., quitado no dia 24 de janeiro de 2020. Em outubro de 2020, a Companhia assinou contrato de empréstimo na forma de um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) de US\$ 8 milhões com taxa de 3,28% a.a.

Em março de 2021 e abril de 2021, a Companhia assinou dois contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Citibank no valor de US\$ 25 milhões e taxa de 2,63% a.a. e US\$ 7 milhões e taxa de 2,64% a.a. respectivamente. O primeiro foi integralmente quitado em setembro de 2021 e o segundo foi integralmente quitado em junho de 2021.

Todos os contratos celebrados com o Citibank foram quitados integralmente pela Companhia ao longo de 2021.

Trafigura:

A Companhia assinou 2 contratos de pré-pagamento à exportação com a Trafigura PTE Ltd.,

PÁGINA: 18 de 78

sendo um no dia 20 de dezembro de 2019 no valor de US\$ 47 milhões com custo de Libor + 2,75% a.a. e prazo de 6 meses e outro em 22 de janeiro de 2020 no valor de US\$ 50 milhões com custos de Libor + 2,75% a.a. e prazo de 4 meses, integralmente quitados dentro do segundo trimestre de 2020. Em dezembro de 2020, a Companhia assinou mais um contrato de prépagamento à exportação com a Trafigura PTE Ltd., no valor de US\$ 35 milhões com custo de Libor + 3,75%. Em março de 2021, o contrato foi integralmente quitado conforme previsto.

China Construction Bank - CCB:

A Companhia assinou 4 contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o banco China Construction Bank, sendo um no dia 24 de junho de 2019 no valor de US\$ 5,242 milhões com custos de 5% a.a. e prazo de 1 ano, outro em 10 de julho de 2019 no valor de US\$ 2,600 milhões com custos de 5,2% a.a. e prazo de 6 meses, um terceiro no dia 29 de novembro de 2019 no valor de US\$ 15,560 milhões com custos de 5,65% a.a. e prazo de 1 ano, e um quarto no dia 09 de março de 2020 no valor de US\$ 2,160 milhões com custos de 5,65% a.a. e prazo de 1 ano. Em novembro de 2020, a Companhia aditou o contrato de US\$ 15,560 milhões para pagamento em 3 parcelas.

Em março de 2021 e abril de 2021, a Companhia assinou dois contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o China Construction Bank no valor de, respectivamente, US\$ 19 milhões e taxa de 4,00% a.a. e US\$ 8 milhões e taxa de 4,00% a.a. O primeiro foi quitado em novembro de 2021 e o segundo foi quitado em outubro de 2021.

Credit Suisse:

A Companhia utilizava o limite de crédito da conta do Credit Suisse para financiamento de custos de manutenção do Polvo e de capital de giro para as operações da Companhia. O prazo é atrelado à manutenção de aplicações financeiras no banco, que funcionam como lastro desta linha de crédito, que tem custo de Libor+1,9% ao ano, gerando R\$ 133 mil de despesa financeira no exercício de 2018.

A Companhia não utiliza mais esse limite junto ao Credit Suisse dado que não possui financiamento vigente junto à instituição.

FINEP:

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 contrato com a FINEP para uma linha de crédito de R\$ 90 milhões com prazo de 10 anos, incluindo 2,5 anos de carência. O custo do financiamento é de TJLP + 1,5% a.a. Em maio de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

Fibra:

A Companhia assinou em 06 de dezembro de 2019 contrato com o Banco Fibra para uma linha de crédito de US\$ 10 milhões com prazo de 1 ano e custo de 7,15% a.a. Após quitado, a Cia assinou mais um contrato em 30 de novembro de 2020 no valor de US\$ 3,8 milhões com prazo de 1 ano e custo de 6,8% a.a. Em março de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

Bradesco:

A Companhia assinou 3 contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Bradesco, sendo um no dia 28 de agosto de 2019 no valor de US\$ 2 milhões quitado no dia 20 de fevereiro de 2020 com custos de 3.98% a.a. e prazo de 6 meses, outro em 09 de março de

PÁGINA: 19 de 78

2020 no valor de US\$ 2 milhões com custos de 3.20% a.a. e prazo de 1 ano, e um terceiro em 09 de março de 2020 no valor de US\$ 3 milhões com custos de 3.20% a.a. e prazo de 1 ano. Em março de 2021, os contratos foram integralmente quitados.

Em março de 2021, a Companhia assinou um contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Bradesco no valor de US\$ 10 milhões com taxa de 3,30% a.a. que foi integralmente quitado em junho de 2021.

Daycoval:

A Companhia assinou em 14 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Daycoval para uma linha de crédito de US\$ 5 milhões com prazo de 1 ano e custo de 9,2% a.a., sendo liquidado em 18 de novembro de 2020. Nesta data, a Companhia assinou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de US\$ 5 milhões com taxa de 8,7%. Em 08 de dezembro de 2020, a companhia aumentou seu limite junto ao Banco, contratando mais um valor de US\$ 2 milhões com prazo de 1 ano e taxa de 8,7%. Em março de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

Em maio de 2021, a Companhia assinou um contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Daycoval no valor de US\$ 5 milhões com taxa de 4,00% a.a. que foi integralmente quitado em julho de 2021.

Santander:

A Companhia assinou em 28 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Santander para uma linha de crédito de US\$ 10 milhões com prazo de 4 meses e custo de Libor + 2,75% a.a. Em 25 de maio de 2020, a Companhia aumentou seu limite junto ao Banco, contratando mais um valor de US\$ 2 milhões com prazo de 4 meses e taxa de 5,33%. Ambos os contratos vêm tendo seus prazos aditados de 4 em 4 meses.

Em abril de 2021, a Companhia assinou um contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Santander no valor de US\$ 50 milhões com taxa de 3,92% a.a. que foi quitado em junho de 2021.

Todos os outros contratos celebrados com o Santander foram quitados integralmente pela Companhia ao longo de 2021.

Votorantim:

A Companhia assinou em 28 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Votorantim para uma linha de crédito de US\$ 10,7 milhões com prazo de 4 meses e custo de 4,7% a.a. que foi quitado no prazo previsto.

ABC:

A Companhia assinou em 10 de março de 2020 contrato com o Banco ABC para uma linha de crédito de R\$ 15 milhões com prazo de 6 meses e custo de Libor + 3,15% a.a.

A Companhia assinou em 09 de abril de 2021 contrato um ACC com o Banco ABC no valor de US\$ 9 milhões, com prazo de 1 ano e custo de 3,98% a.a., liquidado antecipadamente em junho 2021. Em 26 de maio de 2021, a Companhia assinou mais um ACC com o Banco ABC no valor de US\$ 5,7 milhões, com prazo de 1 ano e custo de 3,00% a.a, que foi integralmente quitado em

julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os débitos da Companhia decorrentes de contratos celebrados com o Banco ABC já se encontravam quitados.

Caixa Econômica Federal:

A Companhia assinou em 06 de abril de 2020 contrato com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 30 milhões, com prazo de 1 ano e custo de 5,7% a.a. O contrato foi integralmente quitado em março de 2021 conforme previsto.

INPEX/Sojitz:

A Companhia concluiu em 01 de outubro de 2019 a aquisição das empresas White Shark e IONC, anteriormente de propriedade da INPEX Corporation e da Sojitz Corporation. Do valor total de aquisição, US\$ 15 milhões foram pagos apenas em janeiro de 2020.

Prisma Capital:

A Companhia assinou em 27 de janeiro de 2020 contrato com uma entidade do fundo Prisma Capital para um *bridge loan* no valor de US\$100 milhões ao custo de 8,95% a.a. Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia assinou o *long term*, onde o vencimento do valor total da dívida foi postergado para dezembro de 2022. Este contrato possuía cláusula de condição financeira (*covenants*) que, caso não atendida por duas vezes sem a devida reparação, pode causar o vencimento antecipado do contrato.

Este contrato foi integralmente quitado em junho de 2021 de forma antecipada e as garantias foram liberadas.

Safra:

A Companhia assinou em 23 de dezembro de 2020 contrato com o Banco Safra no valor de US\$ 5 milhões, com prazo de 6 meses e custo de 3,8% a.a.

Em abril de 2021, a Companhia assinou um contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Safra no valor de US\$ 2,5 milhões com taxa de 3,00% a.a. que foi quitado em junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os débitos da Companhia decorrentes de contratos celebrados com o Safra já se encontravam quitados.

Banco do Brasil:

A Companhia assinou 2 contratos de ACC com o Banco do Brasil, um em 06 de novembro de 2020 no valor de US\$ 2,75 milhões com taxa de 4,00 a.a. e outro em 29 de dezembro de 2020 no valor de US\$ 5,7 milhões, com prazo de 6 meses e custo de 4,15% a.a. Os dois foram integralmente quitados em 2021.

ltaú:

A Companhia assinou 2 contratos de ACC com o Banco Itaú, cuja soma totalizava o valor de US\$ 30 milhões e taxa de 3,70% a.a. Os 2 foram quitados integralmente em julho de 2021.

BTG:

Em março de 2021, a Companhia assinou 1 contrato de ACC com o Banco BTG com valor de US\$ 50 milhões e taxa de 4,15% a.a. O contrato foi quitado integralmente em junho de 2021.

Debêntures Conversíveis:

Em outubro de 2014, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada e sem garantia, de colocação privada. Foram emitidas 4.359.624 debêntures, totalizando o R\$ 87,2 milhões. O prazo de conversão das debêntures em ações, a exclusivo critério dos debenturistas, teve início em outubro de 2015 sendo o vencimento em outubro de 2019. Das 4.359.624 debêntures emitidas, 99,9% foram convertidas em ações (4.356.405 debêntures, R\$ 87,2 milhões revertidos para o Capital Social), e o restante (3.219 debêntures), com o fim do prazo, foi liquidado em dinheiro em outubro de 2019, pelo montante de R\$ 64 mil.

Bond emitido em junho/21:

Em 9 de junho de 2021, a Companhia emitiu dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 600 milhões ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, em 09 de junho de 2026, enquanto a amortização dos juros é semestral, sendo a primeira amortização em dezembro de 2021.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as obrigações referentes a compromissos financeiros e, até esta data, como esperado, tem mantido a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos.

Considerando a posição de liquidez, apresentada no subitem (a) acima, a Administração acredita que a Companhia possui recursos financeiros suficientes para cobrir os investimentos, despesas, obrigações e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação se manterá.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, emissão de dívidas no mercado de capitais internacional, geração de caixa próprio e, principalmente, a emissão de títulos de dívida no mercado de capitais internacional (*bonds*).

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$ 2.183.736, R\$ 1.617 milhões, R\$ 439 milhões e R\$ 243 milhões, respectivamente, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por aplicação de caixa líquido

no montante de R\$ 713 milhões negativos, aplicação de caixa líquido no montante de R\$ 522 milhões, geração de caixa líquido de R\$ 1.190 milhões e geração de caixa líquido de R\$ 121 milhões, nos mesmos períodos.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando iniciativas de financiamento de capital de giro com bancos nacionais e internacionais, bem como emissão de linhas como o pré-pagamento de dívidas e rolagens de empréstimos, com o objetivo de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

Além disso, em junho de 2021, a Companhia fez sua primeira emissão de dívida no mercado de capitais internacional, havendo a possibilidade de realização de novas emissões pela Companhia no futuro.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de aproximadamente R\$ 3.308 milhões (para fins de comparação, esses saldos eram de aproximadamente R\$ 1.909 milhões, R\$ 1.646 milhões e R\$ 248 milhões em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente).

A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa, e totalizou aproximadamente R\$ 1,343 milhões em 31 de dezembro de 2021 (dívida líquida de aproximadamente R\$ 1.028 milhões, dívida líquida de aproximadamente R\$ 908 milhões e caixa líquido de aproximadamente R\$ 488 milhões em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente).

As principais características da dívida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de	Ano de		Em 31 de dez	embro de	
Natureza	contratual	Juros (x% a.a.)	Vencimento	2021	2020	2019	2018
Valores em milhares de R\$							
ICBC	(US\$)	Libor + 3% a.a.	n/a	0	0	230.829	0
Citibank	(US\$)	3,28% a.a.	2021	0	41.808	200.123	0
Trafigura	(US\$)	Libor + 3,75% a.a.	2021	0	182.202	189.634	0
ССВ	(US\$)	5,65%a.a.	2021	0	108.215	94.802	0
FINEP	(R\$)	TJLP + 1,5% a.a.	2028	0	57.738	54.313	25.767
Banco Fibra	(US\$)	6,80% a.a.	2021	0	20.075	40.224	0
Bradesco	(US\$)	3.20% a.a.	2021	0	26.669	8.172	0
Daycoval	(US\$)	8,70% a.a.	2021	0	36.705	0	0
Votorantim	(US\$)	n/a	n/a	0	0	0	0

Santander	(US\$)	5,33% a.a.	2021	0	65.126	0	0
ABC	(R\$)	Libor + 3,15% a.a.	2021	0	0	0	0
C.E.F	(US\$)	5,7% a.a.	2021	0	30.961	0	0
Chevron	(US\$)	7%a.a.	2021	0	733.129	767.018	0
INPEX/Sojitz	(US\$)	n/a	n/a	0	0	60.461	0
Prisma Capital	(US\$)	8,95% a.a.	2022	0	539.437	0	0
Safra	(US\$)	3,8% a.a.	2021	0	23.637	0	0
Banco do Brasil	(US\$)	4,15% a.a.	2021	0	44.017	0	0
Bond	(US\$)	6,125% a.a.	2026	3.307.921	0	0	0
Outros	n/a	n/a	n/a	0	0	0	222.388
Total				3.307.921	1.909.719	1.645.576	248.155

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Vencime	nto	(R\$ Mil)
2022	2026 em diante	Total
12.533	3.348.299	3.360.832

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 1 contrato de empréstimo e financiamento (Bond). 100% das dívidas da Companhia estão denominadas em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha um endividamento de US\$ 592,8 milhões (ou R\$ 3.307,9 milhões) e aproximadamente US\$ 367,9 milhões (ou aproximadamente R\$ 1.909,7 milhões), respectivamente, conforme apresentado na tabela abaixo.

	em 31 de dezer	mbro de 2021	em 31 de dezembro de 202		
	(US\$ milhões)	(R\$ milhões)	(US\$ milhões)	(R\$ milhões)	
Financiamento Chevron	· _	_	141,3	733,1	
Empréstimo-ponte da Prisma	_	_	103,9	539,4	
Financiamentos ICBC	_	_	_	_	
Bonds	592,8	3.307,9	_	_	
Outros financiamentos ⁽¹⁾			122,8	637,1	
Total	592,8	3.307,9	367,9	1.909,7	

Notas Explicativas:-

2019:

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$ 1.645,6 milhões em aberto no âmbito dos contratos de financiamento sendo que R\$ 1.224,3 milhões com vencimento em até 12 meses e R\$ 421,3 milhões com vencimento acima de 12 meses.

R\$ 230,8 milhões eram devidos ao ICBC com uma taxa entre Libor+2,5% a.a. e Libor+3,0% a.a. e denominados em dólares norte-americanos. Esse financiamento é referente a um contrato de pré-pagamento à exportação e a um adiantamento de contrato de câmbio. O primeiro possuía um saldo de R\$ 194,4 milhões e o segundo possuía um saldo de R\$ 36,4 milhões.

⁽¹⁾ Outros financiamentos incluem acordos de financiamento que a Companhia havia celebrado com FINEP, CCB, Bradesco, Banco Fibra, Santander, Daycoval, ABC e CEF.

R\$ 200,1 milhões eram devidos ao Citibank com uma taxa de Libor+3,0% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 189,6 milhões eram devidos à Trafigura PTE Ltd. com uma taxa de Libor+2,75% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 94,8 milhões eram devidos ao China Construction Bank com uma taxa entre 5,0% a.a. e 5,65% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 54,3 milhões era devido à FINEP com uma taxa de aproximadamente TJLP+1,5% a.a. e denominadas e reais brasileiros.

R\$ 40,2 milhões eram devidos ao Banco Fibra com uma taxa de 7,15% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 8,2 milhões eram devidos ao Banco Bradesco com uma taxa de 3,98% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 767,0 milhões eram devidos à Chevron referentes às parcelas de aquisições de participação societárias no Campo de Frade e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 60,5 milhões eram devidos ao Inpex/Sojitz referentes às parcelas de aquisições de participação societárias no Campo de Frade e denominados em dólares norte-americanos.

2020:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 1.909,7 milhões em aberto no âmbito dos contratos de financiamento sendo que R\$ 1.520,0 milhões com vencimento em até 12 meses e R\$ 389,7 milhões com vencimento acima de 12 meses.

R\$ 41,8 milhões eram devidos ao Citibank com uma taxa de 3,28% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 182,2 milhões eram devidos à Trafigura PTE Ltd. com uma taxa de Libor+3,75% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 108,2 milhões eram devidos ao China Construction Bank com uma taxa de 5,65% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 57,7 milhões era devido à FINEP com uma taxa de aproximadamente TJLP+1,5% a.a. e denominadas em reais brasileiros.

R\$ 20,1 milhões eram devidos ao Banco Fibra com uma taxa de 6,8% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 26,7 milhões eram devidos ao Banco Bradesco com uma taxa de 3,20% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 36,7 milhões eram devidos ao Banco Daycoval com uma taxa de 8,7% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 65,1 milhões eram devidos ao Banco Santander com uma taxa entre Libor+2,75% a.a. e 5,33% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 31,0 milhões eram devidos à Caixa Econômica Federal com uma taxa de 5,7% a.a. e denominados em reais brasileiros.

R\$ 733,1 milhões eram devidos à Chevron referentes às parcelas de aquisições de participação societárias no Campo de Frade com uma taxa de 7,0% a.a. no final de 2020 e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 539,4 milhões eram devidos à Prisma Capital com uma taxa de 8,95% a.a. e denominados em dólares norte-americanos. Esse contrato previa índices máximos de endividamento e possuía o FPSO Bravo como garantia, portanto, era um endividamento mais sênior que os outros.

R\$ 23,6 milhões eram devidos ao Banco Safra com uma taxa de 3,8% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

R\$ 44,0 milhões eram devidos ao Banco do Brasil com uma taxa de 4,15% a.a. e denominados em dólares norte-americanos.

2021:

Em 30 de Setembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 3.307,9 milhões em aberto no âmbito dos contratos de financiamento sendo que R\$ 0,5 milhões com vencimento em até 12 meses e R\$ 3.307,4 milhões com vencimento acima de 12 meses.

Os referidos R\$ 3.307,9 milhões eram devidos no âmbito contrato do Bond emitido no mercado de capitais estrangeiro em junho de 2021 com uma taxa de 6,125% a.a. e denominados em dólares norte-americanos. Esse contrato é garantido pelo FPSO Frade, o FPSO Bravo e as ações das companhias operacionais como garantia, além de prever um índice máximo de endividamento de 2,5x calculado a partir da divisão entre dívida líquida e EBITDA ajustado pro forma dos últimos 12 meses. O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado.

Além disso, foram emitidas alguns contratos de financiamentos ao longo do ano de 2021 que foram integralmente quitados no período. Abaixo, a listagem dos contratos relevantes:

Foram emitidos US\$ 50 milhões junto ao BTG em março de 2021 no âmbito de um adiantamento de contrato de câmbio.

Foram emitidos US\$ 50 milhões junto ao Santander em abril de 2021 no âmbito de um adiantamento de contrato de câmbio.

Foram emitidos US\$ 32 milhões junto ao Citi em março e maio de 2021 no âmbito de dois adiantamentos de contrato de câmbio.

Foram emitidos US\$ 30 milhões junto ao Itaú em abril e maio de 2021 no âmbito de dois adiantamentos de contrato de câmbio.

Foram emitidos US\$ 27 milhões junto ao CCB em março e abril de 2021 no âmbito de dois adiantamentos de contrato de câmbio.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

O único contrato vigente de empréstimo e financiamento da companhia é o Bond emitido em 09 de junho de 2021 com vencimento em 09 de junho de 2026. Este contrato possui as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória da Companhia, da Petro Rio Internacional S.A., da Petro Rio do Brasil Exploração Petrolífera S.A., da Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda., da Petro Rio White SharkPetróleo Ltda., da Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera Ltda., da Petrorio Luxembourg Holding S.à r.I e da Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.; (ii) ações e/ou quotas de emissão das garantidoras, exceto pelas ações de emissão da Companhia, na forma de alienação fiduciária de ações e/ou quotas; e (iii) hipotecas dos FPSO Bravo e FPSO Frade.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia vide item 3.8 do Formulário de Referência da Companhia.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens e/ou ações das empresas operacionais foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O único contrato vigente de empréstimo e financiamento da companhia é o Bond emitido em 09 de junho de 2021 com vencimento em 09 de junho de 2026. Não há cláusulas que sujeitem a Companhia a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e investimentos que sejam do curso normal do negócio e previstos no Estatuto da Companhia. Há previsão, de hipótese de vencimento antecipado, consistente em eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão que motivem o rebaixamento das notas de crédito pelas agências de rating. A Companhia cumpre todas as disposições previstas no instrumento do Bond.

A companhia possui cláusula de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem no Bond emitido em junho de 2021. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas

e despesas). Caso haja aquisições durante o período de vigência do Bond, será utilizado um EBITDA Ajustado pro forma que considerará os últimos 12 meses operacionais do ativo adquirido.

O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado e aceleração de outras dívidas. A medição desse índice será realizada trimestralmente, e em 31 de dezembro de 2021 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato

(g) Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Recorrentemente, a Companhia está em contato com as principais instituições financeiras brasileiras e estrangeiras com o objetivo de atualizar o limite de crédito de forma que fique condizente com a situação atual da Companhia.

De qualquer forma, como a Companhia não possui qualquer financiamento ou carta de fiança vigente, todos os limites de créditos estão livres para novas operações bancárias.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. O resultado consolidado da Companhia inclui os resultados das suas controladas Petro Rio O&G, Petrorio USA e Petro Rio Internacional.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DRE (em R\$ mil)	202	?1	202	2020		19
Receita líquida	4.396.003	100,00%	1.904.185	100,00%	2.491.818	130,86%
Custos dos produtos/serviços	(1.883.358)	-42,84%	(1.286.926)	-67,58%	(596.432)	46,35%
Resultado bruto	2.512.645	57,16%	617.259	32,42%	1.895.386	307,06%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de geologia e geofísica	(10.262)	-0,23%	(471)	-0,02%	(9.791)	2078,77%
Despesas com pessoal	(114.845)	-2,61%	(37.853)	-1,99%	(76.992)	203,40%
Despesas gerais e administrativas	(25.152)	-0,57%	(43.487)	-2,28%	18.335	-42,16 %
Despesas com serviços de terceiros	(47.713)	-1,09%	(46.242)	-2,43%	(1.471)	3,18%
Impostos e taxas	(6.695)	-0,15%	(16.378)	-0,86%	9.683	-59,12%
Despesa de depreciação e amortização	(110.973)	-2,52%	(193.516)	-10,16%	82.543	-42,65%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(75.562)	-1,72%	663.437	34,84%	(738.999)	-111,39%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.121.443	48,26%	942.749	49,51 %	1.178.694	125,03%
Despesas financeiras	(1.568.858)	-35,69%	(1.927.820)	-101,24%	358.962	-18,62%
Receitas financeiras	946.536	21,53%	1.469.151	77,15%	(522.615)	-35,57 %
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição	1.499.121	34,10 %	484.080	25,42%	1.015.041	209,68%
social						
Imposto de renda e contribuição social corrente	(344.812)	-7,84%	(77.140)	-4,05%	(267.672)	347,00%
Imposto de renda e contribuição social diferido	178.737	4,07%	45.973	2,41%	132.764	288,79%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	1.333.046	30,32%	452.913	23,79%	880.133	194,33%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 4.396.003 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 1.904.185 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação positiva de 131% deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos durante o ano, que foi de 11 milhões, sendo a maior quantidade de offtakes realizada em um ano pela Companhia.

71/12/2020

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

71/12/2021

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Receita bruta Deduções **Receita líquida**

		31	/12/2021			31/12/2020				
Polvo	Manati	Frade (2)	Tubarão Martelo	Cluster Polvo + Tubarão Martelo (1)	Polvo + Total Tubarão Martelo (1)		Manati	Frade	Tubarão Martelo	Total
723.118	131.260	2.170.825	345.137	1.048.019	4.418.359	565.676	76.567	1.019.549	256.005	1.917.797
	(22.356)	=	=	=	(22.356)	-	(13.612)	=	=	(13.612)
723.118	108.904	2.170.825	345.137	1.048.019	4.396.003	565.676	62.955	1.019.549	256.005	1.904.185

- (1) Com a conclusão do tieback, em 14 de julho de 2021, a participação da PetroRio nos campos e Polvo e Tubarão Martelo passou de 100% e 80%, respectivamente, para 95% dos dois campos.
- (2) Até 5 de fevereiro de 2021, a PetroRio detinha 70% da Operação no Campo. Após a conclusão da aquisição da participação de 30% da Petrobras no 1T21, este percentual aumentou para 100%.

Dos 11 milhões de barris vendidos no ano, metade foram em Frade e metade no cluster Polvo e TBMT, com preço médio bruto de US\$ 74,19. No último trimestre do ano, a PetroRio realizou a venda de 3,8 milhões de barris em quatro offtakes, dois em outubro e dois em dezembro, sendo 2 milhões de barris em Frade e 1,8 milhões de barris no cluster Polvo e TBMT, com preço médio bruto de venda de US\$ 83,19 e um aumento de 54% no volume vendido quando comparado ao 3T21.

CUSTOS TOTAIS

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.883.358 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.286.926 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 940.379 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 46%, ou R\$ 596.432 mil em relação ao ano anterior é atribuído essencialmente ao aumento na quantidade de barris vendidos e a despesas com depreciação e amortização, sendo parcialmente compensados pelos efeitos do tieback entre os campos de Povo e TBMT, finalizado em julho de 2021.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

		Exercício encerrado em 31 de dezembro
	2021	2020
		(R\$ milhares)
FPSO/Plataforma	(13.217)	(28.742)
Logística	(78.989)	(63.225)
Consumíveis	(181.724)	(115.056)
Operação e Manutenção	(212.505)	(108.078)
Pessoal	(130.552)	(69.815)
SMS	(9.140)	(7.344)
Compra de óleo para revenda	(120.370)	(72.165)
Outros Custos	(55.655)	(48.581)
Royalties e participação especial	(321.092)	(152.555)
Amortização CPC 06 (R2)	(144.047)	(137.774)
Depreciação e Amortização	(616.067)	(483.591)
Total das operações continuadas	(1.883.358)	(1.286.926)

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.512.645 mil e de R\$ 617.259 mil em 2020. A variação negativa de R\$ 1.895 mil ocorreu em razão dos motivos acima expostos.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica aumentaram de R\$ 471 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 10.262 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal aumento refere-se principalmente à sísmica de Wahoo.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram em R\$ 76.992 mil, ou 203%, de R\$ 37.853 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 114.845 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento deve-se principalmente ao provisionamento da bonificação anual de 2021 e ao prêmio de opções outorgadas em 2021 referente ao bônus de 2020.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram em R\$ 18.335 mil, ou 42%, de R\$ 43.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 25.152 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução deve-se principalmente à conclusão do tieback entre Polvo e TBMT, que possibilitou uma redução de custos operacionais ("OPEX") de US\$ 50 milhões ao ano com o descomissionamento do FPSO Polvo, que era afretado ao campo.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram de R\$ 46.242 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para o valor de R\$ 47.713 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se principalmente custas com advogados e consultorias relacionadas à implantação do SAP.

Impostos e taxas

Impostos e taxas reduziram em R\$ 16.378 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para o valor de R\$ 6.695 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução deve-se principalmente à redução na importação de bens e serviços com a incidência de impostos.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas depreciação e amortização totalizaram R\$ 110.973 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 193.516 mil em 31 de dezembro de 2020. Tal redução decorreu principalmente da conclusão do tieback entre Polvo e TBMT, alongando a vida útil dos campos em conjunto, o que teve como efeito a redução da amortização.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de uma receita de R\$ 663.447 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um valor de despesa de R\$ 75.562 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal variação decorreu principalmente é o efeito não-caixa e não

recorrente da baixa da provisão de abandono de Polvo + TBMT, o Abandono de Tubarão Azul e provisão de contingências.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia foi impactado principalmente pela variação cambial (efeito não-caixa) sobre itens do balanço denominados em dólar, como as provisões para abandono e os contratos de mútuo intercompany e o bond.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 1.499.121 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 484.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram de R\$ 31.167 mil de despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa de R\$ 166.075 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação reflete o aumento do imposto corrente, sendo 80% com a utilização de caixa e 20% através de créditos.

LUCRO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro de R\$ 1.333.046 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 452,913 mil em 31 de dezembro de 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

DRE (em R\$ mil)	202	0	201	9	2020 x 20	019
Receita líquida	1.904.185	100,00%	1.644.346	100,00%	259.839	15,80%
Custos dos produtos/serviços	(1.286.926)	-67,58%	(940.379)	-57,19%	(346.547)	36,85%
Resultado bruto	617.259	32,42%	703.967	42,81%	(86.708)	-12,32%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de geologia e geofísica	(471)	-0,02%	(595)	-0,04%	124	-20,84%
Despesas com pessoal	(37.853)	-1,99%	(48.245)	-2,93%	10.392	-21,54%
Despesas gerais e administrativas	(43.487)	-2,28%	(25.147)	-1,53%	(18.340)	72,93%
Despesas com serviços de terceiros	(46.242)	-2,43%	(34.519)	-2,10%	(11.723)	33,96%
Impostos e taxas	(16.378)	-0,86%	(11.130)	-0,68%	(5.248)	47,15%
Despesa de depreciação e amortização	(193.516)	-10,16%	(126.080)	-7,67%	(67.436)	53,49%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	663.437	34,84%	420.005	25,54%	243.432	57,96%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	942.749	49,51%	878.256	53,41%	64.493	7,34%
Despesas financeiras	(1.927.820)	-101,24%	(714.396)	-43,45%	(1.213.424)	169,85%
Receitas financeiras	1.469.151	77,15%	377.142	22,94%	1.092.009	289,55%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	484.080	25,42%	541.002	32,90%	(56.922)	-10,52%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(77.140)	-4,05%	(55.658)	-3,38%	(21.482)	38,60%
Imposto de renda e contribuição social diferido	`45.973	2,41%	357.002	21,71%	(311.029)	-87,12%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	452.913	23,79%	842.346	51,23%	(389.433)	-46,23%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 1.904.185 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 1.644.346 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 15,8% deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos durante o ano.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

				Exercício enc	e dezembro				
			2020				201	9	
	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade	Campo de Tubarão Martelo	Total	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade ⁽¹⁾	Total
•					(R\$ milhares)				
Receita bruta	565.676	76.567	1.019.549	256.005	1.917.797	690.686	109.246	865.816	1.665.748
Deduções	-	(13.612)	=	-	(13.612)	-	(20.747)	(655)	(21.402)
Receita líquida	565.676	62.955	1.019.549	256.005	1.904.185	690.686	88.499	865.161	1.644.346

(1) Receita líquida atribuível ao Campo de Frade reflete a consolidação dos resultados das operações do Campo de Frade atribuíveis à nossa participação de 51,74% de 25 de março de 2019 a 30 de setembro de 2019, após a aquisição da participação no Campo detida pela Chevron.

A receita líquida atribuível ao Campo de Polvo diminuiu de R\$ 690.686 mil para R\$ 565.676 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, respectivamente, principalmente como resultado de uma redução do número de barris vendidos, bem como preços mais baixos do petróleo durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A receita líquida atribuível ao Campo de Frade aumentou de R\$ 865.161 mil para R\$ 1.019.549 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, principalmente devido ao fato de os resultados das operações do Campo de Frade terem sido incluídos nos resultados consolidados de operações a partir de 25 de março de 2019, data de conclusão da aquisição pela Companhia de participação no Campo de Frade detida pela Chevron. Além disso, adquirimos uma participação operacional adicional de 18,26% no Campo de Frade em outubro de 2019, o que aumentou a receita líquida atribuível ao Campo de Frade em 2020. O aumento na receita líquida foi ainda suportado por um aumento na produção como resultado das obras de vários poços de acordo com o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade.

A receita líquida atribuível ao Campo de Manati diminuiu de R\$ 88.499 mil para R\$ 62.955 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, principalmente pela redução nas vendas de gás em 2020. Essa redução nas vendas foi por sua vez impulsionada pela baixa demanda por gás no Brasil devido à pandemia do COVID-19.

CUSTOS TOTAIS

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.286.926 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 940.379 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 36,85%, ou R\$ 346.547 mil em relação ao ano anterior é atribuído essencialmente ao aumento na quantidade de barris vendidos e às despesas com depreciação e amortização. Adicionalmente, a Companhia registrou custo de R\$ 62.500 mil referente à compra de óleo para revenda, derivado da aquisição de 80% de participação do Campo de Tubarão Martelo. O óleo foi adquirido do antigo operador (Dommo) e revendido no mercado externo.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2020	2019			
	(R\$ milhares)				
FPSO/Plataforma	(28.742)	(33.512)			
Logística	(63.225)	(73.362)			
Consumíveis	(115.056)	(101.799)			
Operação e Manutenção	(108.078)	(105.088)			
Pessoal	(69.815)	(55.983)			
SMS	(7.344)	(10.133)			
Outros custos	(72.165)	-			
Compra de óleo para revenda	(48.581)	(33.844)			
Royalties e participação especial	(152.555)	(143.780)			
Amortização – CPC 06 (R2)	(137.774)	(134.253)			
Depreciação e amortização	(483.591)	(248.625)			
Total	(1.286.926)	(940.379)			

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 617.259 mil e de R\$ 703.967 mil em 2019. A variação negativa de R\$ 86.708 mil ocorreu face às razões acima expostas.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica reduziram em R\$ 124 mil, ou 20,84%, do valor de R\$ 595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$ 471 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta redução deve-se principalmente à campanha de perfuração em Polvo realizada em 2019.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal foram reduzidas em R\$ 10.392 mil, ou 21,54%, de R\$ 48.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$ 37.853 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta redução deve-se principalmente aos custos de desligamentos ocorridos em 2019 em função da aquisição do Campo de Frade e aos planos de remunerações para funcionários convertidos em ações com taxa mais alta em 2019.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$ 18.340 mil, ou 72,93%, de R\$ 25.147 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$43.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição de Tubarão Martelo.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram em R\$ 11.723 mil, ou 33,96%, de R\$ 34.519 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$46.242 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição do Campo de Tubarão Martelo.

Impostos e taxas

Impostos e taxas aumentaram em R\$ 5.248 mil, ou 47,15%, de R\$ 11.130 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$ 16.378 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente por impostos de remessas ao exterior dos seguros contratados e renovados em 2020, que tiveram a inclusão do Campo de Tubarão Martelo e do FPSO OSX3.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas depreciação e amortização totalizaram R\$ 193.516 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 126.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 53,49% decorreu principalmente ao fato de estar sendo considerada a amortização cheia do Campo de Frade (pois como Jaguar foi adquirida em 25 de março de 2019 e White Shark em 01 de outubro de 2019, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019 a amortização estará menor em comparação a 2020) bem como a amortização do FPSO que opera o Campo de Tubarão Martelo (OSX-3), o qual foi adquirido em 03 de fevereiro de 2020.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de R\$ 420.005 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 663.437 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal incremento decorreu principalmente da receita de aluguel do FPSO OSX-3 e redução da provisão de abandono de Frade através de novo estudo realizado e aprovado em 2020.

Receitas Financeiras

Receitas financeiras incluem receita de juros, receita de hedge e variações de taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa. Essas receitas aumentaram em R\$ 1.092.009 mil, ou 290%, de R\$ 377.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.469.151 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente ao impacto da variação da taxa de câmbio e dos contratos de opção de venda realizados para a proteção da receita da Companhia (hedge).

Despesas Financeiras

Despesas financeiras incluem juros derivados dos empréstimos bancários, empréstimos de capital de giro e arrendamentos financeiros, taxas de letra de crédito, variações de taxa de câmbio na dívida, provisões de abandono e obrigações de arrendamento. Essas despesas aumentaram em R\$ 1.213.424 mil, ou 169,85%, de R\$ 714.396 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.927.820 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente à variação da taxa de câmbio na dívida, passivos de arrendamento, provisões de descomissionamento, despesa financeira na dívida pela Aquisição do Campo de Frade.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 484.080 mil em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 541.002 mil em 31 de dezembro de 2019.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram R\$ 332.511 mil, de receita de R\$ 301.344 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R\$ 31.167 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação deve-se principalmente ao reconhecimento de impostos de renda diferidos derivados da Aquisição do Campo de Frade em 2019.

LUCRO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 452.913 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 842.346 mil em 31 de dezembro de 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

DRE (em R\$ mil)	2019		2018		2019 x 2018	
		100,00				
Receita líquida	1.644.346	%	848.920	100,00%	795.426	93,70%
Receita iiquida	1.044.540	70	040.520	100,0070	755.420	33,7070
Custos dos produtos/serviços	(940.379)	-57,19%	(524.489)	-61,78%	(415.890)	79,29%
Resultado bruto	703.967	42,81%	324.431	38,22 %	379.536	116,99%
Receitas (despesas)						
operacionais ,						
Despesas de geologia e						
geofísica	(595)	-0,04%	(2.560)	-0,30%	1.965	-76,76%
Despesas com pessoal	(48.245)	-2,93%	(54.478)	-6,42%	6.233	-11,44%
Despesas gerais e						
administrativas	(25.147)	-1,53%	(19.305)	-2,27%	(5.842)	30,26%
Despesas com serviços de						
terceiros	(34.519)	-2,10%	(33.751)	-3,98%	(768)	2,28%
Impostos e taxas	(11.130)	-0,68%	(5.547)	-0,65%	(5.583)	100,65%
Despesa de depreciação e						
amortização	(126.080)	-7,67%	(2.330)	-0,27%	(123.750)	n.m
Outras receitas (despesas)						
operacionais, líquidas	420.005	25,54%	(19.845)	-2,34%	439.850	n.m
Resultado operacional antes						
do resultado financeiro	878.256	53,41%	186.615	21,98%	691.641	370,62%
Despesas financeiras	(714.396)	-43,45%	(265.815)	-31,31%	(448.581)	168,76%
Receitas financeiras	377.142	22,94%	316.685	37,30%	60.457	19,09%
Resultado antes do Imposto de						
renda e da contribuição	541.002	32,90%	237.485	27,97 %	303.517	127,80%
social		-		-		
Imposto de renda e						
contribuição social corrente	(55.658)	-3,38%	(42.969)	-5,06%	(12.689)	29,53%
Imposto de renda e	• •	,	•	•	•	•
contribuição social diferido	357.002	21,71%	11.780	1,39%	345.222	n.m
Lucro(prejuízo) do exercício	842.346	51,23%	206.296	24,30%	636.050	308,32%

RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida aumentou em R\$ 795.426 mil, ou 94%, de R\$ 848.920 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.644.346 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos durante o ano, atribuído à Aquisição do Campo de Frade, por uma participação exploratória de 70% no Campo de Frade, concluído em duas partes durante 2019.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Exercício encerrado em 31 de dezembro

	2019			2018				
	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade	Total	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade	Total
				(R\$ i	milhares)			
Receita bruta	690.686	109.246	865.816	1.665.748	738.333	139.366	_	877.699
Deduções		(20.747)	(655)	(21.402)		(28.779) —	(28.779)
Receita líquida	690.686	88.499	865.161	1.644.346	738.333	110.587		848.920

Das receitas líquidas totais da Companhia, 52,6% foram originados da venda do óleo de Frade, o qual contribuiu para o crescimento de 64,6% no volume produzido em 2019 em comparação ao ano anterior. Não houve receita líquida atribuível ao Campo de Frade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, pois a Companhia ainda não tinha adquirido a participação exploratória no Campo de Frade. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida atribuível ao Campo de Frade foi de R\$865.161 mil, principalmente em consequência da Aquisição de uma participação Campo de Frade, por uma participação exploratória de 70% no Campo de Frade, concluída em duas transações durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A receita líquida atribuível ao Campo de Polvo diminui de R\$ 738.333 mil para R\$ 690.686 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019, respectivamente, principalmente por causa do declínio natural Campo de Polvo durante 2019, após um período de aumento de produção durante o exercício social findo em 2018 em consequência da campanha de perfuração do Campo de Polvo de 2018.

Polvo foi responsável por 42% da receita líquida do ano. A eficiência operacional no período foi de 90,3%, que inclui o *downtime* devido à parada do FPSO Polvo e à troca de bombas não compreendido no escopo da Campanha de Perfuração deste ano. Estas intervenções impactaram a produção de alguns poços, que foram desligados durante os procedimentos, resultando em uma queda na média diária da produção do Campo.

A receita líquida atribuível ao Campo de Manati, referentes à participação de 10% da Companhia no consórcio de gás natural, diminuiu de R\$ 110.587 mil para R\$ 88,499 mil nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019, respectivamente, principalmente como consequência da baixa demanda de gás no contrato firme de compra com a Petrobras. O volume

de gás líquido vendido no ano foi de 2.273 boepd, 26% abaixo do ano anterior devido principalmente à demanda acima do previsto no contrato de *take-or-pay* durante o ano anterior.

CUSTOS TOTAIS

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Exercício encerrado em 31 de dezembro

	2019	2018
	(R\$ milh	ares)
FPSO/Plataforma	(33.512)	(146.117)
Logística	(73.362)	(51.502)
Consumíveis	(101.799)	(77.241)
Operação e Manutenção	(105.088)	(56.692)
Pessoal	(55.983)	(14.026)
SMS	(10.133)	(12.566)
Outros custos	(33.844)	(19.553)
Royalties e participação especial	(143.780)	(76.660)
Amortização – CPC 06 (R2)	(134.253)	_
Depreciação e amortização	(248.625)	(70.132)
Total	(940.379)	(524.489)

Custos dos produtos/serviços aumentaram em R\$ 415.890 mil, ou 79%, de R\$ 524.489 mil no exercício em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 940.379 mil no exercício em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente à aquisição de 70% no Campo de Frade concluída em duas partes em 2019, que foi parcialmente compensada pelas reduções de custo realizadas no Campo de Frade após a Companhia se converter em sua operadora em março de 2019, devido à redução no número de navios fornecedores, a consolidação de agendamento de viagens de helicópteros para e do Campo de Frade e áreas de suporte ao porto, entre outros.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 703.967 mil e de R\$ 324.431 mil em 2018. A variação positiva de R\$ 379.536 mil ocorreu face às razões acima expostas.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica diminuíram em R\$ 1.965 mil, ou 77%, do valor de R\$ 2.560 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o valor de R\$ 595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deve-se principalmente à Campanha de Perfuração do Campo de Polvo de 2018.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal foram reduzidas em R\$ 6.233 mil, ou 11%, de R\$ 54.478 mil no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 48.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta leve redução deve-se principalmente a uma revisão da contagem dos funcionários após a aquisição pela Companhia da participação detida pela Chevron no Campo de Frade e planos de remunerações para funcionários convertidos em ações na sua taxa mais alta.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$ 5.842 mil, ou 30%, de R\$ 19.305 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$25.147 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição do Campo de Frade, que inclui despesas com os conselheiros da aquisição, custos administrativos e custos com software, entre outros.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram em R\$ 768 mil, ou 2%, de R\$ 33.751 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 34.519 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição do Campo de Frade, parcialmente compensado pelas reduções de custo durante o ano.

Impostos e taxas

Impostos e taxas aumentaram em R\$ 5.583 mil, ou 101%, de R\$ 5.547 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 11.130 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente pela retenção de impostos pagos no contrato de arrendamento da PetroRio Jaguar.

Despesas de Depreciação e Amortização

As Despesas de depreciação e amortização aumentaram em R\$ 123.750 mil, de R\$ 2.330 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 126.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente à implementação do IFRS 16 em 2019.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas incluem receitas e despesas não operacionais, como reivindicação de reservas de contingências e despesas incorridas de atividades que não estão relacionadas com as principais operações. Essas receitas aumentaram em R\$ 439.850 mil, de um valor negativo de R\$ 19.845 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 420.005 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento decorreu principalmente do efeito, não-caixa, do ganho sobre as aquisições das entidades detentoras de 51,74% e 18,26% no Campo de Frade, bem como o FPSO atuando no Campo. O impacto destas aquisições foi parcialmente compensado pelo efeito, também não-caixa, da revisão anual de provisões referentes a contingências fiscais, perda parcial de

arbitragem com a Tuscany (ver ITRs 1Q15 e 2Q17) e perda sobre ativos não circulantes, atribuída à duas sondas helitransportáveis disponíveis para venda.

Receitas Financeiras

Receitas financeiras incluem receita de juros, receita de hedge e variações de taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa. Essas receitas aumentaram em R\$ 60.457 mil, ou 19%, de R\$ 316.685 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 377.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente ao impacto da variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa.

Despesas Financeiras

Despesas financeiras incluem juros derivados dos empréstimos bancários, empréstimos de capital de giro e arrendamentos financeiros, taxas de letra de crédito, variações de taxa de câmbio na dívida, abandono de provisões e obrigações de arrendamento. Essas despesas aumentaram em R\$ 448.581 mil, ou 169%, de R\$ 265.815 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 714.396 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente à variação da taxa de câmbio na dívida, passivos de arrendamento, provisões de descomissionamento, despesa financeira na dívida pela Aquisição do Campo de Frade. Adicionalmente, em decorrência da adoção aos procedimentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o custo de arrendamento operacional passou a ser incorporado no resultado financeiro como uma despesa de juros do arrendamento, aumentando a despesa financeira em R\$ 448.581 mil.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 541 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 237 milhões em 31 de dezembro de 2018.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos variaram R\$ 332.533 mil, de despesa de R\$ 31.189 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma receita de R\$ 301.344 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal variação deve-se principalmente ao reconhecimento de impostos de renda diferidos derivados da Aquisição do Campo de Frade.

LUCRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 842.346 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 206.296 mil em 31 de dezembro de 2018.

PÁGINA: 39 de 78

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Apresentamos a seguir as variações ocorridas no balanço patrimonial da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2021	AV%	Em 31/12/2020	AV%	AH%
ATIVO					
Circulante	6.031.787	49,35%	1.772.976	26,10%	140,21%
Caixa e equivalentes de caixa	970.681	7,94%	809.273	11,91%	-80,06%
Títulos e Valores Mobiliários	3.680.185	30,11%	22.793	0,34%	15946,12%
Caixa restrito	-	0,00%	49.996	0,74%	0,00%
Contas a receber	915.033	7,49%	386.165	5,68%	36,95%
Estoque de Óleo	189.477	1,55%	186.160	2,74%	-98,22%
Estoque de Consumíveis	28.059	0,23%	8.506	0,13%	129,87%
Instrumentos financeiros	35.011	0,29%	14.926	0,22%	34,56%
Tributos a recuperar	85.839	0,70%	124.321	1,83%	-130,95%
Adiantamento a fornecedores	84.013	0,69%	58.245	0,86%	-55,76%
Adiantamento a parceiros	33.216	0,27%	86.997	1,28%	-161,82%
Despesas antecipadas	9.760	0,08%	25.594	0,38%	-161,87%
Outros créditos	513	0,00%	-	0,00%	100,00%
Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	74.508	0,61%	68.439	1,01%	-91,13%
Não circulante	6.115.121	50,04%	4.951.418	72,89%	-76,50%
Adiantamento a fornecedores	-	0,00%	12.596	0,19%	0,00%
Depósitos e cauções	10.645	0,09%	20.317	0,30%	-147,61%
Tributos a recuperar	8.559	0,07%	32.848	0,48%	-173,94%
Tributos diferidos	378.679	3,10%	199.942	2,94%	-10,61%
Direito de Uso (Leasing CPC 06.R2 IFRS 16)	425.867	3,48%	369.836	5,44%	-84,85%
Imobilizado	3.549.045	29,04%	3.359.013	49,45%	-94,34%
Intangível	1.742.326	14,26%	956.866	14,09%	-17,91%
Total do ativo	12.221.416	100,00%	6.792.833	100,00%	-20,08%

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2021	AV%	Em 31/12/2020	AV%	AH%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante	1.090.499	8,92%	2.152.098	31,68%	-149,33%
Fornecedores	292.204	2,39%	236.889	3,49%	-76,65%
Obrigações trabalhistas	131.475	1,08%	54.857	0,81%	39,67%
Tributos e contribuições sociais	183.678	1,50%	87.741	1,29%	9,34%
Empréstimos e Financiamentos	553	0,00%	1.519.966	22,38%	-199,96%
Adiantamento de parceiros	-		-	0,00%	0,00%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	105.905	0,87%	252.645	3,72%	-158,08%
Outras obrigações	376.684	3,08%	-	0,00%	100,00%
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	(4.502)	-0,04%	(2.649)	-0,04%	-30,05%
Não circulante	4.515.170	36,94%	1.492.121	21,97%	102,60%
Fornecedores	400	0,00%	13.640	0,20%	-197,07%
Empréstimos e Financiamentos	3.307.368	27,06%	389.753	5,74%	648,58%
Provisão para abandono de instalações	692.289	5,66%	638.504	9,40%	-91,58%
Provisão para contingências	27.284	0,22%	75.809	1,12%	-164,01%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	487.467	3,99%	373.455	5,50%	-69,47%
Outras obrigações	362	0,00%	960	0,01%	-162,29%
Participações dos minoritários	-	0,00%	849	0,01%	0,00%
Patrimônio líquido	6.620.249	54,17%	3.150.414	46,38%	10,14%
Capital Social Realizado	5.303.644	43,40%	3.326.900	48,98%	-40,58%
Reservas de Capital	348.886	2,85%	321.359	4,73%	-91,43%
Reservas de Lucros	255.381	2,09%	-	0,00%	100,00%
Ajuste acumulado de conversão	712.338	5,83%	579.820	8,54%	-77,14%

Prejuízos acumulados	-	0,00%	(1.077.665)	-15,87%	-200,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	12.221.416	100,00%	6.792.833	100.00%	-20.08%

ATIVO

Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 era de, aproximadamente, R\$ 6.032 milhões e de R\$ 1.773 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O aumento de R\$ 4.259 milhões ocorreu, principalmente pela variação na rubrica abaixo:

Títulos e Valores Mobiliários: O aumento nesta rubrica pode ser explicado pela manutenção de novas aplicações no exercício social de 31 de dezembro de 2021, tais como, Time Deposit com prazos de 90, 180 e 270 dias, com média de rendimento de 0,75% a.a. e Bonds de bancos brasileiros com rating AAA em escala nacional, com prazo máximo de 9 meses e rentabilidade até o vencimento de 1,10% a.a.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 era de, aproximadamente, R\$ 6.115 milhões e de R\$ 4.951 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento de R\$ 1.164 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Imobilizado: O Imobilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 era de, aproximadamente, R\$ 3.549 milhões e de R\$ 3.359 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, impactado principalmente pela aquisição dos 30% de Frade, além da conclusão do tieback entre Polvo e Tubarão Martelo.

Intangível: O Intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 era de, aproximadamente, R\$ 1.742 milhões e de R\$ 957 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O aumento de R\$ 785 milhões é decorrente basicamente da aquisição dos 30% de Frade, além da aquisição de Wahoo.

PASSIVO

Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.090 milhões e de R\$ 2.152 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A redução de R\$ 1.062 milhões ocorreu basicamente pela emissão de Bonds no valor de US\$ 600 milhões, com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia e substituir as dívidas anteriores de mais curto prazo pela emissão com prazo de 5 anos, alinhando desta forma, o perfil da dívida com as atividades de investimento.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 4.515 milhões e de R\$ 1.492 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Após a emissão dos Bonds, conforme citado acima, a Companhia realizou ao longo do último trimestre de 2021 a quitação integral de todas as outras dívidas, deixando os Bonds como único financiamento vigente.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 6.620 milhões e de R\$ 3.151 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O acréscimo de R\$ 3.470 milhões deve-se basicamente à oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, a fixação do preço por ação no valor de R\$69,00, perfazendo o montante total de R\$ 2.049.300 mil e o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 29.700.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Apresentamos a seguir as variações ocorridas no balanço patrimonial da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	AH%
ATIVO					
Circulante	1.772.976	26,10%	1.513.090	27,56%	17,18%
Caixa e equivalentes de caixa	809.273	11,91%	459.396	8,37%	76,16%
Títulos e Valores Mobiliários	22.793	0,34%	226.301	4,12%	-89,93%
Caixa restrito	49.996	0,74%	52.223	0,95%	-4,26%
Contas a receber	386.165	5,68%	374.598	6,82%	3,09%
Estoque de Óleo	186.160	2,74%	120.101	2,19%	55,00%
Estoque de Consumíveis	8.506	0,13%	5.373	0,10%	58,31%
Instrumentos financeiros	14.926	0,22%	9.354	0,17%	59,57%
Tributos a recuperar	124.321	1,83%	116.773	2,13%	6,46%
Adiantamento a fornecedores	58.245	0,86%	52.171	0,95%	11,64%
Adiantamento a parceiros	86.997	1,28%	86.278	1,57%	0,83%
Despesas antecipadas	25.594	0,38%	10.333	0,19%	147,69%
Outros créditos	-	0,00%	189	0,00%	0,00%
Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	68.439	1,01%	-	0,00%	0,00%
Não circulante	4.951.418	72,89%	3.976.661	72,44%	24,51%
Adiantamento a fornecedores	12.596	0,19%	12.596	0,23%	0,00%
Depósitos e cauções	20.317	0,30%	27.249	0,50%	-25,44%
Tributos a recuperar	32.848	0,48%	32.384	0,59%	1,43%
Tributos diferidos	199.942	2,94%	160.313	2,92%	24,72%
Direito de Uso (Leasing CPC 06.R2 IFRS 16)	369.836	5,44%	452.067	8,23%	-18,19%
Imobilizado	3.359.013	49,45%	2.602.523	47,41%	29,07%
Intangível	956.866	14,09%	689.529	12,56%	38,77%
Total do ativo	6.792.833	100,00%	5.489.751	100,00%	23,74%

Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	AH%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante	2.152.098	31,68%	1.669.783	30,42%	28,88%
Fornecedores	236.889	3,49%	87.232	1,59%	171,56%
Obrigações trabalhistas	54.857	0,81%	39.359	0,72%	39,38%
Tributos e contribuições sociais	87.741	1,29%	83.441	1,52%	5,15%
Empréstimos e Financiamentos	1.519.966	22,38%	1.224.306	22,30%	24,15%
Adiantamento de parceiros	=	0,00%	40	0,00%	0,00%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	252.645	3,72%	223.049	4,06%	13,27%
Outras obrigações	-	0,00%	12.356	0,23%	-100,00%
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	(2.649)	-0,04%	-	0,23%	0,00%

Não circulante	1.492.121	21,97%	1.654.867	30,14%	-9,83%
Fornecedores	13.640	0,20%	13.233	0,24%	3,08%
Empréstimos e Financiamentos	389.753	5,74%	421.270	7,67%	-7,48%
Provisão para abandono de instalações	638.504	9,40%	763.633	13,91%	-16,39%
Provisão para contingências	75.809	1,12%	65.613	1,20%	15,54%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	373.455	5,50%	389.433	7,09%	-4,10%
Outras obrigações	960	0,01%	1.685	0,03%	-43,03%
Participações dos minoritários	849	0,01%	759	0,01%	11,86%
Patrimônio líquido	3.150.414	46,38%	2.164.342	39,43%	45,56%
Capital Social Realizado	3.326.900	48,98%	3.316.411	60,41%	0,32%
Reservas de Capital	321.359	4,73%	228.027	4,15%	40,93%
Ajuste acumulado de conversão	579.820	8,54%	150.335	2,74%	285,69%
Prejuízos acumulados	(1.530.431)	-22,53%	(2.372.777)	-43,22%	-35,50%
Resultado do período	452.766	6,67%	842.346	15,34%	-46,25%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.792.833	100,00%	5.489.751	100,00%	23,74%

Ativo

Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.772 milhões e de R\$ 1.513 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 259 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Caixa e equivalente de caixa: O aumento nesta rubrica pode ser explicado pela manutenção nestes instrumentos de liquidez imediata dos valores referentes às vendas ocorridas em dezembro e que foram recebidos nos últimos dias do ano de 2020.

Estoque de óleo: O aumento decorre da redução de quantidade de óleo vendida durante 2020.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.951 milhões e de R\$ 3.977 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 974 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Imobilizado

O Imobilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.359 milhões e de R\$ 2.603 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, impactado principalmente pela aquisição do campo de Tubarão Martelo.

Intangível

O Intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 957 milhões e de R\$ 690 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 267 milhões é decorrente basicamente da aquisição do campo de Tubarão Martelo.

Passivo

Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2.152 milhões e de R\$ 1.670 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 482 milhões ocorreu basicamente pela captação de novos empréstimos e pela aquisição do campo de Tubarão Martelo.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.492 milhões e de R\$ 1.655 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A variação ocorreu, basicamente, pela realização de novo estudo de abandono para o Campo de Frade, aprovado pela ANP, que reduziu a provisão para abandono.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (incluindo participações de minoritários) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.151 milhões e de R\$ 2.165 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 986 milhões deve-se basicamente ao acumulado de conversão em investidas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH%
ATIVO					
Circulante	1.513.090	27,56%	1.035.616	68,30%	46,11%
Caixa e equivalentes de caixa	459.396	8,37%	186.993	12,33%	145,68%
Títulos e Valores Mobiliários	226.301	4,12%	607.441	40,06%	-62,75%
Caixa restrito	52.223	0,95%	11.628	0,77%	349,11%
Contas a receber	374.598	6,82%	34.932	2,30%	972,36%
Estoque de Óleo	120.101	2,19%	56.214	3,71%	113,65%
Estoque de Consumíveis	5.373	0,10%	2.084	0,14%	157,82%
Instrumentos financeiros	9.354	0,17%	-	0,00%	0,00%
Tributos a recuperar	116.773	2,13%	67.011	4,42%	74,26%
Ativo não circulante disponível para venda	-	0,00%	26.581	1,75%	-100,00%
Adiantamento a fornecedores	52.171	0,95%	37.949	2,50%	37,48%
Adiantamento a parceiros	86.278	1,57%	2.922	0,19%	n.m%
Despesas antecipadas	10.333	0,19%	1.659	0,11%	522,85%
Outros créditos	189	0,00%	202	0,01%	-6,44%
Não circulante	3.976.661	72,44%	480.564	31,70%	727,50%
Adiantamento a fornecedores	12.596	0,23%	12.596	0,83%	0,00%
Depósitos e cauções	27.249	0,50%	19.621	1,29%	38,88%
Tributos a recuperar	32.384	0,59%	25.711	1,70%	25,95%
Tributos diferidos	160.313	2,92%	11.340	0,75%	n.m
Direito de Uso (Leasing CPC 06.R2 IFRS 16)	452.067	8,23%	-	0,00%	0,00%
Imobilizado	2.602.523	47,41%	270.347	17,83%	862,66%
Intangível	689.529	12,56%	140.949	9,30%	389,20%
Total do ativo	5.489.751	100,00%	1.516.180	100,00%	262,08%

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante	1.669.783	30,42%	370.986	24,47%	350,09%
Fornecedores	87.232	1,59%	73.258	4,83%	19,08%
Obrigações trabalhistas	39.359	0,72%	14.923	0,98%	163,75%
Tributos e contribuições sociais	83.441	1,52%	37.010	2,44%	125,46%
Empréstimos e Financiamentos	1.224.306	22,30%	-	0,00%	0,00%
Debêntures	-	0,00%	222.437	14,67%	450,41%
Adiantamento de parceiros	40	0,00%	306	0,02%	-100,00%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	223.049	4,06%	6.792	0,45%	-99,41%
Outras obrigações	12.356	0,23%	16.260	1,07%	-24,01%
Não circulante	1.654.867	30,14%	163.020	10,75%	915,13%
Fornecedores	13.233	0,24%	13.413	0,88%	-1,34%
Empréstimos e Financiamentos	421.270	7,67%	25.718	1,70%	n.m
Debêntures	-	0,00%	69.366	4,58%	-100,00%
Provisão para abandono de instalações	763.633	13,91%	36.438	2,40%	n.m
Provisão para contingências	65.613	1,20%	17.441	1,15%	276,20%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	389.433	7,09%	-	0,00%	0,00%
Outras obrigações	1.685	0,03%	644	0,04%	161,65%
Participações dos minoritários	759	0,01%	•	0,00%	n.m
Patrimônio líquido	2.164.342	39,43%	982.174	64,78%	120,36%
Capital Social Realizado	3.316.411	60,41%	3.273.114	215,88%	1,32%
Reservas de Capital	228.027	4,15%	67.094	4,43%	239,86%
Ajuste acumulado de conversão	150.335	2,74%	94.057	6,20%	59,83%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	0,00%	(79.314)	-5,23%	-100,00%
Prejuízos acumulados	(2.372.777)	-43,22%	(2.579.073)	-170,10%	-8,00%
Resultado do exercício	842.346	15,34%	206.296	13,61%	308,32%

Total do passivo e patrimônio líquido	5.489.751	100,00%	1.516.180	100,00%	262,08%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.513 milhões e de R\$ 1.036 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 477 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa: Excepcionalmente em dezembro de 2019, com a iminência da aquisição do FPSO OSX-3, foram mantidos nestes instrumentos de liquidez imediata, valores necessários para a conclusão da integral da operação, que aconteceu em fevereiro de 2020 com parte dos recursos financiados.

Títulos e valores mobiliários: A variação dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários se deu principalmente pela necessidade de caixa para a realização das aquisições ocorridas durante o exercício de 2019. Parte deste montante ficou alocado em caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3.977 milhões e de R\$ 481 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 3.496 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Imobilizado

O Imobilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.603 milhões e de R\$ 270 milhões em 2018, impactado principalmente pela aquisição do Campo de Frade. Desta forma, a Companhia passou a consolidar 70% dos ativos relacionados ao campo, que contemplam, além dos gastos relacionados aos poços produtores, o FPSO Frade e todos os equipamentos submarinos. Adicionalmente, o consórcio de Frade, se preparando para a Plano de Revitalização do Campo, adquiriu materiais e equipamentos, que se encontram classificados como ativos andamento, bem como equipamentos do FPSO e submarinos, que aguardam a perfuração de novos poços para a entrada em operação. Além disso, foram reclassificadas as contas de ativos de desenvolvimento, sobressalentes de emergências e custos de manutenção de poços do intangível para o imobilizado. Vale também mencionar o impacto do reflexo do ajuste de provisão e abandono passiva em função da taxa de desconto utilizada, de 3% ao ano sem spread de risco em todos os campos para 5,44% ao ano em Polvo e Manati, e 5,59% em Frade. Por fim, os laudos de avaliação do preço pago na aquisição e Frade foram reemitidos pela empresa contratada para realizá-los, em função de uma duplicidade no passivo de abandono do balanço a valor justo, alterando o montante e mais-valia e deságio na operação.

Intangível

O Intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 690 milhões e de R\$ 141 milhões em 2018. Aumento de R\$ 549 milhões decorrente basicamente da aquisição, através da sua controlada indireta Lux Holding, de 100% das ações de Jaguar, Frade, White Shark e IONC.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.670 milhões e de R\$ 371 milhões em 2018. O aumento de R\$ 1.299 milhões ocorreu basicamente pela captação de novos empréstimos, além do efeito da adoção dos procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS que trata sobre as operações de arrendamento mercantil.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.655 milhões e de R\$ 163 milhões em 2018. A variação ocorreu, basicamente, pela captação

de novos empréstimos no valor de R\$ 396 milhões, pelo efeito de R\$ 389 milhões em decorrência da adoção dos procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS e pelo incremento de R\$ 727 milhões na provisão para abandono em função da aquisição do Campo de Frade correspondendo à participação de 70% da Companhia, além da revisão da taxa de desconto utilizada, de 3% ao ano sem spread de risco em todos os campos para 5,44% ao ano em Polvo e Manati e 5,59% ao ano em Frade.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (incluindo participações de minoritários) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.165 milhões e de R\$ 982 milhões em 2018. O aumento de R\$ 1.182 milhões deve-se basicamente à conversão de debêntures em ações, ao exercício de opções de ações outorgadas aos colaboradores e à liquidação dos fundos de investimento que estavam classificados como disponíveis para venda, transferindo a marcação a mercado para o resultado financeiro.

FLUXO DE CAIXA

A condição financeira e liquidez da Companhia são e continuarão sendo influenciadas por diversos fatores, incluindo:

- mudanças no preço do petróleo e gás natural e sua capacidade gerar fluxos de caixa derivados das suas operações;
- seus requisitos de investimentos para suas operações de desenvolvimento e produção; e
- o nível do seu endividamento pendente e os juros que é obrigada a pagar com relação a essa dívida.

As principais fontes de liquidez da Companhia tem sido historicamente contribuições de patrimônio líquido, financiamento de dívidas, incluindo empréstimos bancários de longo prazo, e caixa gerado pelas suas operações. No passado, a Companhia também celebrou contratos de pagamento antecipado e de compra mínima garantida.

A Companhia pretende cumprir com os requisitos de caixa durante o ano de 2021 por meio de fluxo de caixa de operações existente e saldo disponível. O fluxo de caixa operacional da Companhia pode diminuir devido a eventos imprevisíveis, incluindo restrições de entrega ou uma queda prolongada dos preços do petróleo e gás, a Companhia pode examinar as medidas como reduções adicionais dos programas de investimentos, contratos de pagamento antecipado de petróleo, disposição de bens ou emissão de ações, entre outros.

Os ajustes de conversão apresentados nos fluxos de caixa se referem à conversão dos saldos de caixa dos balanços de empresas que estão no exterior e não tem como moeda funcional o Real. Não se trata de uma entrada ou saída efetiva de caixa, e sim um ajuste de tradução de demonstrações financeiras para o Real.

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(Em milhares de R\$, exceto %)

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2019	AH%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	1.617.546	2.183.736	439.049	35,00%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento	(585.142)	(4.743.320)	(1.377.686)	710,63%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	(713.295)	2.627.429	1.192.303	-468,35%
Ajuste de conversão	30.767	93.563	18.738	204,10%
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa	349.876	161.408	272.404	-53,87%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais alcançou o valor de R\$ 2.183.736 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em comparação com o valor de R\$ 1.617.546 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação positiva de aproximadamente R\$ 566 milhões deve-se principalmente ao alto volume de barris vendidos em 2021, sendo metade de Frade e metade do cluster Polvo e TBMT.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 4.743.320 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 585.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação de R\$ 4.158.178 mil decorreu principalmente do aumento dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários e pela aquisição dos 30% de Frade, além da conclusão do *tieback* entre Polvo e Tubarão Martelo.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido gerado de R\$ 2.627.429 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e uma geração de caixa de R\$ 713.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação positiva de R\$ 3.340.724 mil ocorreu principalmente em função da oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia, aumentando o capital social da Companhia.

Este efeito foi minimizado pela quitação de vários empréstimos e financiamentos em 2021.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi um caixa gerado de R\$ 1.617.546 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 439.049 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo a variação de R\$ 1.178.497 mil. Os maiores impactos decorrem da geração de caixa da Jaguar, adquirida em março de 2019 que em 2019 só incluiu seis meses, da aquisição de White Shark, que não influenciou o fluxo de 2019 por ter sido concluída em outubro de 2019, e Tubarão Martelo, adquirido em agosto de 2020, além do impacto da receita de aluguel do FPSO OSX-3 e pelo incremento dos compromissos.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 585.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 1.377.686 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A variação de R\$ 793.544 mil decorreu principalmente do desembolso para a aquisição do Campo de Frade, minimizado parcialmente pelo aumento dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários em função da necessidade de caixa para fazer frente às aquisições ocorridas durante o ano de 2019.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 713.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e uma geração de caixa de R\$ 1.192.303 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A variação negativa de R\$ 1.905.598 mil ocorreu principalmente em função da quitação de vários empréstimos e financiamentos em 2020.

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	2021	2020	2019
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	2.183.736	1.617.546	439.049
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento	(4.743.320)	(585.142)	(1.377.686)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	2.627.429	(713.295)	1.189.756
Ajuste de conversão	93.563	30.767	21.285
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	161.408	349.876	272.404

Geral

No ano de 2020, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido nos Campos de Frade e Polvo e de gás natural produzido no Campo de Manati, conforme mencionado nas variações do contas a receber, bem como dos empréstimos e financiamentos. As saídas de caixa referem-se principalmente aos gastos na aquisição de novos ativos.

No ano de 2019, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido nos Campos de Frade e Polvo e de gás natural produzido no Campo de Manati, conforme mencionado nas variações do contas a receber, bem como dos empréstimos e financiamentos. As saídas de caixa referem-se principalmente aos gastos na aquisição de novos ativos.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$439 milhões, em comparação com R\$243 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$196 milhões deve-se principalmente ao alto volume de barris vendidos em 2019, devido a Aquisição do Campo de Frade.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 1.378 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 278 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A variação de R\$ 1.099 milhões decorreu principalmente do desembolso para a aquisição do Campo de Frade, minimizado parcialmente pelo aumento dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários em função da necessidade de caixa para fazer frente às aquisições ocorridas durante o ano de 2019.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.190milhões, comparado ao valor R\$121 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 1.069 milhões deve-se principalmente ao valor de financiamento do ofertante "*vendor finance*" na Aquisição Campo de Frade Chevron.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido no cluster composto pelos Campos de Polvo e Tubarão Martelo (48,1%), Frade (49,4%) e pela venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (2,5%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido nos Campos de Polvo (35%), Frade (49%) e Tubarão Martelo (11%) e pela venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (6%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional da Companhia correspondeu à venda de óleo produzido nos Campos de Polvo (42%) e Frade (53%) e da venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (5%).

Desenvolvimento e exploração de reservas

Os resultados operacionais da Companhia dependem da sua capacidade de desenvolver e explorar, com sucesso, as reservas de petróleo e gás natural nos blocos existentes da Companhia, assim como adquirir (inclusive por meio de rodadas de licitações) ou obter acesso a novas reservas de petróleo e gás natural. Embora a Companhia tenha relatórios geológicos que avaliam as reservas provadas, prováveis e possíveis, não se pode garantir que a Companhia continuará sendo bem-sucedida na exploração, extração, desenvolvimento e produção comercial de petróleo e gás natural. A Companhia acredita que o cálculo geológico e petro-físico é complexo e possui incertezas, e é possível que as atividades atuais da Companhia de desenvolvimento de seus ativos, incluindo o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, poderão resultar em níveis de produção que são inferiores aos que foram projetados. Também é possível que exista uma futura exploração nos atuais ativos ou nos ativos que a Companhia venha a comprar futuramente não resultará em descobertas adicionais, e, mesmo que a Companhia possa fazer as referidas descobertas de maneira bem-sucedida, não há certeza de que as referidas descobertas serão viáveis comercialmente para a produção.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 1.177 milhões (US\$ 218 milhões), composto de R\$ 270 milhões (US\$ 50 milhões) relacionados ao tieback entre os campos de Polvo e Tubarão Martelo e desmobilização do FPSO Polvo, R\$ 108 milhões (US\$ 20 milhões) relacionados à completação do poço TBMT-10H em Tubarão Martelo, R\$ 189 milhões (US\$ 35 milhões) relacionados à manutenção dos ativos e R\$ 103 milhões (US\$ 19 milhões) relacionados à intervenção em poços.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 1.496,1 milhões (US\$ 287,7 milhões), composto de R\$ 180,5 milhões (US\$ 34,7 milhões) relacionados ao desenvolvimento e manutenção com relação ao Plano de Redesenvolvimento de Campo de Polvo e o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, R\$ 67,6 milhões (US\$ 13 milhões) relacionados ao projeto de tieback entre Polvo e Tubarão Martelo, R\$ 728 milhões (US\$140 milhões) atribuíveis a aquisição do OSX-3, o FPSO dedicado do Campo de Tubarão Martelo e R\$ 520 milhões (US\$ 100 milhões) atribuíveis à aquisição de Wahoo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o total de investimentos da Companhia foi de R\$2,5 bilhões (US\$481 milhões), composto de R\$171 milhões (US\$29 milhões) relacionado ao desenvolvimento e manutenção com relação ao Plano de Redesenvolvimento do Campo de Polvo e R\$2,4 bilhões (US\$465 milhões) relacionado à Aquisição Campo de Frade Chevron e à Aquisição Campo de Frade INPEX.

O financiamento de investimentos depende, em parte, de que os preços do petróleo se mantenham próximos dos valores estimados pela Companhia ou um pouco acima deles e de outros fatores que gerem um fluxo de caixa suficiente. O baixo preço do petróleo afeta as receitas da Companhia, que, por sua vez, afetam a capacidade de endividamento da Companhia e de cumprimento das obrigações constantes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de vender sua produção, que, em conjunto com o nível de caixa atual da Companhia, devem ser suficientes para financiar seus investimentos, a Companhia pode não realizar, de maneira eficiente, seus programas de desenvolvimento, incluindo o Plano Redesenvolvimento do Campo de Frade.

Se a média dos preços do petróleo estiver mais alta que o preço alvo orçado pela Companhia, a Companhia tem a possibilidade de alocar mais capital para projetos e aumentar seu trabalho, seu programa de investimento, e, consequentemente, aumentar a sua produção de petróleo e gás.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente caso a produção estimada de petróleo e gás natural dos campos da Companhia não resulte em reservas adicionais que possam ser eventualmente desenvolvidas comercialmente. Além disso, não há nenhuma garantia de que a Companhia vá adquirir uma nova produção ou blocos de exploração ou obter acesso aos blocos de exploração que possuam reservas viáveis comercialmente. A menos que as atividades de desenvolvimento e exploração da Companhia sejam bemsucedidas, ou caso a Companhia venha a adquirir propriedades que possuam novas reservas, as reservas previstas continuarão reduzindo. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.(a) do Formulário de Referência da Companhia.

Receita de petróleo e gás e preços internacionais

As receitas da Companhia são obtidas a partir da venda da sua produção de petróleo e gás natural. O preço obtido pelo petróleo que a Companhia produz está geralmente conectado com Brent. O preço do mercado para petróleo e gás natural é sujeito a uma flutuação significativa e historicamente o preço tem flutuado bastante com relação a pequenas mudanças no fornecimento e demanda global de petróleo e gás natural, as condições incertas do mercado, condições econômicas e uma variedade de outros fatores. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.(a) do Formulário de Referência da Companhia.

Custos de Extração (Lifting costs)

Os custos de extração (lifiting costs) da Companhia consistem principalmente em despesas associadas com a operação e manutenção de poços, além de equipamentos e instalações relacionadas, incluindo custos trabalhistas, contratações externas, taxas de consultoria, logística, custos de combustível e despesas de arrendamento. Os custos de extração (lifiting costs) são mensurados por barril equivalente de petróleo e gás produzido nos campos da Companhia. A estratégia da Companhia gira em torno da implementação de diversas medidas projetadas para reduzir os custos de extração (lifiting costs) nas propriedades futuras ou existentes da Companhia, especialmente no ambiente de volatilidade e de preços de petróleo reduzidos.

Os custos de extração (lifiting costs) são afetados por diversos fatores, incluindo capacidade da Companhia de implementar, com sucesso, medidas de redução de custo e programas de desenvolvimento nas propriedades atuais da Companhia, flutuações na taxa de câmbio entre dólares norte-americanos (moeda que é utilizada na maioria das suas vendas) e o real (moeda que é utilizada em uma parte significativa das despesas operacionais da Companhia) e a capacidade de adquirir novos ativos com uma redução de custo potencial nas propriedades atuais da Companhia. Historicamente, o custo de extração (lifiting cost) da Companhia tem permanecido menor que o preço do petróleo por barril do petróleo equivalente, e caiu de maneira contínua durante os períodos que foi revisado, de uma média de US\$22,9 por barril no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para US\$13,1 por barril no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Os gráficos abaixo demonstram a média do custo de extração (lifiting cost) da Companhia para os períodos indicados.



A tabela a seguir apresenta *breakeven* da Companhia para os nove meses encerrados em 31 de dezembro de 2021:

Breakeven Costs	milhares)
Lifting costs	13,1
Despesas gerais e administrativas	3,3
Royalties	5,0
Descontos	4,0
Total	25,4

A tabela a seguir apresenta a evolução do desconto da Companhia (em US\$) por barril para os períodos indicados abaixo (onde o desconto for negativo, o petróleo foi vendido com um prêmio em relação ao preço de mercado):

	31/03 2019	30/06 2019	30/09 2019	31/12 2019	31/03 2020	30/06 2020	30/09 2020	31/12 2020	31/03 2021	30/06 2021	30/09 2021	31/12 2021
Campo de Frade	_	-1,1	0,5	2,3	3,1	4,1	3,4	2,4	2,3	1,6	1,3	2,2
Campo de Polvo	6	4,6	4,6	4,3	6,5	8,2	7,3	4,8				
Campo de Tubarão Martelo	-	_	_	_	_	_	6,0	4,2	4,3	5,0	9,5	5,0
Total	6	1,8	1,9	3,1	4,2	5,4	5,5	3,4	3,2	3,2	6,2	3,5

O custo por barril adicionado no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para o cluster dos campos de Tubarão Martelo e Polvo ("Cluster TBMT-Polvo"), o Campo de Polvo (após a Campanha de Perfuração do Campo de Polvo de 2018), o Campo de Polvo (após a Campanha de Perfuração do Campo de Polvo de 2020), o Campo de Wahoo (aquisição de 64,3%) e o Campo de Frade foi de US\$4,80, US\$6,46, US\$6,67, US\$7,50 e US\$8,72, respectivamente.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício social - 31 de dezembro de 2021

A conclusão do *tieback* entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo foi a maior conquista operacional do ano, criando um polo de produção que resultou em uma redução de US\$ 50 milhões/ano nos custos de operação dos campos e possibilitou um aumento de 17% na produção dos campos em conjunto, devido ao acordo financeiro que dá à PetroRio o direito financeiro à 95% do óleo produzido pelo polo.

Outro fator que afetou o resultado operacional do ano foi a conclusão da aquisição dos 30% do Campo de Frade, que possibilitou um crescimento de 19% no volume produzido em 2021 em comparação ao ano anterior.

O desempenho financeiro no ano foi impactado pelo aumento do preço do petróleo tipo *Brent*, que atingiu um nível de US\$ 86,40 por barril em outubro, no seu maior patamar dos últimos sete anos.

A tabela a seguir mostra os preços do petróleo, taxas de câmbio e a produção de reservas da Companhia no e para os períodos indicados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	2021		2020		2019		
Preço médio do petróleo Brent (US\$ por barril)	72,19		43,21		64,16		
Taxa de câmbio média do real x US\$1,00	5,40		5,16		3,95		
Produção (kboepd)	31,6	(1)	26,6	(3)	19,2	(5)	
Reservas 2P (MMboe)	209	(2)	193	(4)	_	(6)	

Notas Explicativas:

- (1) Estes dados de produção refletem produção no Campo de Polvo (atribuíveis a participação exploratória de 100% até 14 de julho de 2021 e o direito a 95% do óleo produzido a partir da referida data), no Campo de Tubarão Martelo (atribuíveis a participação exploratória de 80% até 14 de julho de 2021 e o direito a 95% do óleo produzido a partir da referida data), no Campo de Frade (atribuíveis a participação exploratória de 70% até 4 de fevereiro de 2021 e 100%, seguindo a Aquisição Campo de Frade Petrobras, a partir de 5 de fevereiro de 2021) e o Campo de Manati (atribuíveis a participação exploratória de 10% da Companhia) para o período indicado. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.
- (2) Estes dados de reservas são de 1 de janeiro de 2021. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.
- (3) Estes dados de produção refletem produção no Campo de Polvo, no Campo de Tubarão Martelo (atribuíveis a participação exploratória de 80% a partir de 3 de agosto de 2020, seguindo a Aquisição Campo de Tubarão Martelo), no Campo de Frade (atribuíveis a participação exploratória de 70% e o Campo de Manati (atribuíveis a participação exploratória de 10% da Companhia) para o período indicado. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.
- (4) Estes dados de reservas são de 30 de abril de 2020. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.
- (5) Estes dados de produção refletem produção no Campo de Polvo, no Campo de Frade (atribuíveis a participação exploratória de 51,74% naquele instrumento de 25 de março de 2019 até 1º de outubro de 2019 seguindo a Aquisição Campo de Frade Chevron e a participação exploratória de 70% da Companhia naquele instrumento de 1º de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019 seguindo a Aquisição da INPEX no Campo de Frade) e o Campo de Manati (atribuíveis a participação exploratória de 10% da Companhia) para o período indicado. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.
- (6) Não há relatório de reservas certificadas disponíveis em relação aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Exercício social encerrado - 31 de dezembro de 2020

Devido aos impactos provocados pela pandemia do COVID-19 em todo o mundo, a demanda de petróleo reduziu bruscamente, diminuindo consequentemente os preços praticados nos mercados internacionais. Desta forma, a Companhia revisou seu plano de negócios de maneira a se readequar ao cenário de incerteza e volatilidade relacionado à disseminação do COVID-19 e à recente queda nos preços do óleo tipo Brent (diretamente ligado às receitas da Companhia).

A partir de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2019, os preços spot Brent variaram de um preço mínimo de US\$26,01 por barril até um preço máximo de US\$115,10 por barril. A partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, os preços spot do Brent variam de um preço mínimo de US\$9,12 por barril a um preço máximo de US\$70,25 por barril.

A tabela a seguir mostra os preços do petróleo, taxas de câmbio e a produção de reservas da Companhia no e para os períodos indicados.

	Exercicio s	dezembro de	em 31 de
_	2020	2019	2018
Preço médio do petróleo Brent (US\$ por barril)	43,21	64,16	71,69
Taxa de câmbio média do real x US\$1,00	5,16	3,95	3,66
Produção (kboepd)	31,8 192,7	22,5 ⁽²⁾ — ⁽⁵⁾	11,9 ⁽³⁾ 23,8

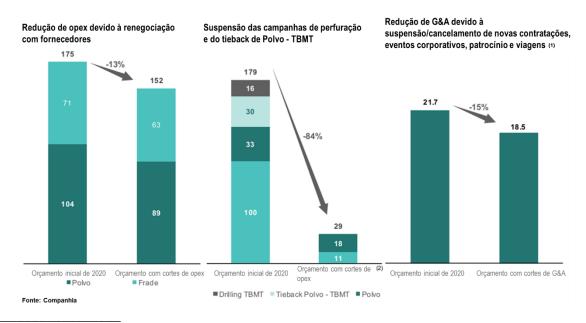
Notas Explicativas:-

- (7) Estes dados de produção refletem produção no Campo de Polvo, no Campo de Frade (atribuíveis a participação exploratória de 70% da Companhia) e o Campo de Manati (atribuíveis à participação exploratória de 10%) para o período indicado. Conforme tal, os dados de produção não dão margem à Aquisição Campo de Frade Petrobras ou a Aquisição do Campo de Tubarão Martelo. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (8) Estes dados de produção refletem produção no Campo de Polvo, no Campo de Frade (atribuíveis a participação exploratória de 51,74% naquele instrumento de 25 de março de 2019 até 1º de outubro de 2019 seguindo a Aquisição Campo de Frade Chevron e a participação exploratória de 70% da Companhia naquele instrumento de 1º de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019 seguindo a Aquisição da INPEX no Campo de Frade) e o Campo de Manati (atribuíveis a participação exploratória de 10% da Companhia) para o período indicado. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (9) Estes dados de produção refletem a produção no Campo de Polvo e no Campo de Manati (atribuíveis a participação exploratória de 10% da Companhia) para o período indicado. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (10) Estes dados de reservas são de 30 de abril de 2020. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (11) Não há relatório de reservas certificadas disponíveis em relação aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Em consequência do surto de COVID-19, e o resultado das medidas globais de contenção, além das ações realizadas pela OPEC, a Companhia enfrentou um aumento na oferta do setor, devidos especialmente a oferta de petróleo e gás natural produzidos pela Arábia Saudita, em conjunto com uma significativa redução de demanda. Esses dois principais fatores fizeram com que houvesse um excedente de oferta no mercado de óleo e gás natural, tendo como resultado uma forte queda nos preços do petróleo no primeiro trimestre de 2020 (o preço do Brent caiu mais de 55% entre dezembro de 2019 e março de 2020, segundo a administração da Companhia). Tendo em vista que os países membros da OPEC chegaram a um acordo, em abril de 2020, que previa cortar a produção de óleo e gás natural em resposta à redução da demanda e os constantes preços baixos do petróleo, além da reabertura gradual das economias e redução das medidas de distanciamento social durante este período, os preços do Brent se recuperaram no valor de US\$ 43,13 por barril em 31 de julho de 2020.

Em virtude dessa volatilidade nos preços do petróleo relatada acima, a Companhia tomou uma série de medidas para mitigar qualquer possível efeito adverso, como adiar suas despesas de capital, incluindo suas campanhas de perfuração que estavam em andamento com relação ao Plano de Redesenvolvimento do Campo de Polvo e o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, além do *tieback* do Campo de Tubarão Martelo. A Companhia também reduziu as despesas operacionais e administrativas, entre outras medidas, como renegociações com fornecedores e redução de pessoal em terra (*onshore*) e diretores executivos (remuneração (25% e 50%, respectivamente). A Companhia está monitorando de maneira contínua a situação para ajustar e adotar medidas adicionais, caso seja necessário.

O gráfico abaixo resume determinadas medidas que a Companhia tomou devido ao impacto da crise da COVID-19 no mercado. As despesas de capital e operacionais abaixo são relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e não foram ajustadas para refletir a respectiva participação exploratória da Companhia nas propriedades relevantes.



Notas Explicativas:—

- (12) N\u00e3o inclui pagamentos de b\u00f3nus aos executivos. Para mais informa\u00f3\u00f3es sobre a remunera\u00f3\u00f3o da Administra\u00e7\u00e3o, vide item 13 deste Formul\u00e1rio de Refer\u00e9ncia.
- (2) Consideradas as despesas de capital previstas de abril a dezembro de 2020. Um adicional de US\$25 milhões foi empregado durante os três meses encerrados em 31 de março de 2020.

O gás produzido no Campo de Manati foi vendido para o mercado por meio do Contrato de Offtake do Campo de Manati. O preço do gás vendido de acordo com esse contrato está definido em reais brasileiros e é ajustado anualmente de acordo com a inflação definida pelo Índice Geral de Preços – Mercado ou "IGPM".

O Petróleo produzido no Campo de Polvo é vendido em transações *spot* por meio de uma unidade Comercializadora, que tem sede em Luxemburgo, de acordo com o Contrato de Marketing Spot do Campo de Polvo, ou do celebrado com a PetroChina com o direito *right-to-match* de acordo com o Contrato de Marketing da PetroChina, que estará disponível durante o financiamento da ICBC.

O petróleo produzido no Campo de Frade é vendido em transações spot principalmente por meio de uma unidade de comercializadora, que tem sede em Luxemburgo.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

O principal fator que afetou o resultado operacional do ano foi a aquisição do Campo de Frade, que possibilitou um crescimento de 64,6% no volume produzido em 2019 em comparação ao ano anterior. Tal incremento é resultado das estimulações e medidas tomadas para combater o declínio natural do Campo, como a injeção de gás (*bullhead*), a reabertura de poços com hidrato, e melhoria de escoamento (*choke*).

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pela variação no preço do Brent. Dos 11 milhões de barris vendidos no ano pela Companhia, metade foi produzida em Frade e a outra metade no cluster Polvo e TBMT, com preço médio bruto de US\$ 74,19, representando um aumento de 23,5% no volume vendido pela Companhia em relação ao ano anterior. Além disso, a média da taxa de câmbio registrada nas vendas foi de 5,66 reais por dólar, um aumento de 5% em relação ao ano anterior.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pela variação no preço do Brent. Dos 8,9 milhões de barris vendidos, 4,9 milhões foram de Frade, 2,9 milhões de Polvo e 1,1 mil de Tubarão Martelo, representando um crescimento de 35% no volume vendido pela Companhia em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, a média da taxa de câmbio, registrada nas vendas foi de 5,56 reais por dólar, um aumento de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2019, a receita operacional da Companhia resultou principalmente da venda de óleo produzido nos Campos de Frade e Polvo, estando exposta desta forma à alta volatilidade do Brent. Dos 6,4 milhões de barris vendidos, 3 milhões foram de Frade e 3,4 milhões de Polvo, representando um crescimento de 90,8% no volume anual vendido pela PetroRio. Adicionalmente, a média da taxa de câmbio, registrada nas vendas, foi de 3,99 reais por dólar, um aumento de aproximadamente 6% em relação ao ano anterior.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, swaps, derivativos, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve a maioria de suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré fixadas e em dólar americano com liquidez de até 12 meses, mas a maior parte com liquidez imediata, de forma que a Companhia conseguisse usar os recursos no curso normal de seu negócio.

Além disso, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (hedge) contra os riscos de volatilidade dos preços de petróleo para as vendas de 2021 e 2022, com a obtenção de um preço mínimo (floor) por barril de US\$ 66,25.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia manteve suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, as taxas pós fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Além disso, no quarto trimestre de 2020, a Companhia realizou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra os riscos de volatilidade dos preços de petróleo para as vendas de 2020, com a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril conforme tabela a seguir:

No ano de 2019, a Companhia manteve as aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Adicionalmente, com o objetivo de oferecer cobertura (*hedge*) contra o risco de volatilidade dos preços do petróleo para as vendas projetadas para o exercício de 2019, a PetroRio comprou contratos de derivativos. Tal operação ofereceu proteção com a obtenção de um preço mínimo (*floor*) entre US\$59,50 e US\$75 por barril, e preço máximo de US\$90 por barril. Os contratos foram liquidados em 2019 e geraram perda realizada de US\$ 991 mil (R\$ 3.352), registrados no resultado do referido ano.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais pela Companhia, cujas controladas atualmente operam em um único segmento operacional: exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

A Companhia concluiu, em março de 2017 o processo de aquisição do controle da Brasoil do Brasil Exploração Petrolifera S.A. ("Brasoil"), empresa que atua substancialmente nos mesmos segmentos de negócios da Companhia, por R\$ 116 milhões.

Em 25 de março de 2019, 01 de outubro de 2019 e 5 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu, após cumpridas as condições precedentes e aprovações necessárias, a aquisição de 51,74%, 18,26% e 30%, respectivamente, de participação na concessão do Campo de Frade, nos ativos operacionais do Campo, e assumiu a operação do Campo.

Adicionalmente, em 03 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato para a aquisição de 80% do Campo de Tubarão Martelo, bem como a operação do Campo, detidos integralmente pela Dommo Energia. Em 03 de agosto de 2020, após as aprovações do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da ANP – Agência Nacional de Petróleo, ocorreu a conclusão da aquisição, com a PetroRio assumindo a operação do Campo e incrementando em aproximadamente 17 milhões de barris em reservas provadas desenvolvidas.

Em 5 de novembro de 2020 foi assinado acordo com a Gas Bridge S.A. ("Gas Bridge"), para a alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati ("Manati").

O valor total da transação é de R\$ 144,4 milhões e inclui a transferência de todas as responsabilidades da Companhia no Campo, incluindo a sua participação em seu abandono. A transação está sujeita a condições precedentes, dentre as quais está o êxito da Gas Bridge na aquisição da operação de Manati da Petrobras.

A transação é composta por uma parcela fixa de R\$ 124,4 milhões e um earn-out de R\$ 20 milhões, sujeitos a determinadas aprovações regulatórias subsequentes relacionadas ao Campo.

Devido a uma negociação mais longa que o esperado para que a Gas Bridge assuma a operação do campo, alguns ajustes contratuais serão necessários. A Companhia permanece empenhada em seguir com o desinvestimento do ativo.

Este movimento faz parte da estratégia de geração de valor da Companhia através de uma gestão dinâmica de seu portfólio de ativos, e reforça o foco da PetroRio nos ativos operados que compõem o cerne do seu negócio.

Em 19 de novembro de 2020 foi assinado contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. para a aquisição das participações de 35.7% no Bloco BM-C-30 ("Campo de Wahoo" ou "Wahoo"), e de 60% no Bloco BM-C-32 ("Campo de Itaipu" ou "Itaipu"). Em 17 de junho de 2021, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") aprovou a cessão das participações de 35,7% no Campo de Wahoo, e de 60% no Campo de Itaipu para a PetroRio, que se tornou a operadora de ambos os campos de pré-sal.

O Campo de Wahoo, com descoberta de óleo em 2008 e teste de formação realizado em 2010, se encaixa na estratégia de geração de valor da Companhia. Com o desenvolvimento do campo, a Companhia formará mais um cluster de produção, e compartilhará toda a infraestrutura com o Campo de Frade (inclusive o FPSO), possibilitando assim a captura de diversas sinergias resultando em mais uma forte e sustentável redução de lifting cost, com esforço para manter sempre os mais altos padrões de segurança e eficiência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

O pagamento da transação é composto por uma parcela fixa de US\$ 100 milhões, dividida em 5 pagamentos (US\$ 17,5 milhões divididos entre a assinatura e a conclusão da transação; US\$ 15 milhões em dezembro de 2021; com o remanescente a ser pago em 2022), além de um earn-out de US\$ 40 milhões contingente na unitização (ou first oil) de Itaipu.

Com essa aquisição a Companhia acredita que faz mais um importante movimento estratégico e consolida ainda mais seu modelo de negócios que incluem a formação de clusters de produção através de tieback, redesenvolvimento de campos, e otimização operacional, sempre dentro do que a Companhia acredita ser os mais altos níveis de eficiência e segurança.

Em 4 de março de 2021, foi assinado contrato com a Total E&P do Brasil Ltda. para a aquisição da participação de 28,6% no Bloco BMC-30 ("Campo de Wahoo" ou "Wahoo"). Em 8 de julho de 2021, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") aprovou a cessão da participação de 28,6% no Campo de Wahoo para a PetroRio, que passou a deter 64,3% do campo.

(c) Eventos ou operações não usuais.

Em fevereiro de 2020, a Companhia assinou contrato para a aquisição da embarcação OSX-3 (Floating, Production, Storage and Offloading – FPSO), construído em 1989 como navio tanque e convertido em FPSO em 2013, com capacidade de processamento de 100 mil barris de óleo por dia e armazenagem de 1,3 milhão de barris, no valor de US\$ 140 milhões, com parte dos recursos (US\$ 100 milhões) sendo financiado pela Prisma Capital, bem como a aquisição de 80% do Campo de Tubarão Martelo e a sua operação, detidos integralmente pela Dommo Energia.

Esta aquisição em conjunto com a participação no Campo de Tubarão Martelo proporciona à Companhia a redução dos custos operacionais do Campo de Polvo e a extensão da vida útil econômica dos dois campos, aumentando a geração de caixa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são apresentadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia adotou, em 1º de janeiro de 2019, as orientações e procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS 16, relacionados a operações de arrendamento mercantil.

Na adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento e ativos de direito de uso correspondentes com relação a arrendamentos que foram anteriormente classificados como "arrendamentos operacionais" de acordo com o IAS 17. Os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos valores a pagar de arrendamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 01 de janeiro de 2019. O ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear a partir da data de início do arrendamento até o final da vida útil do ativo ou o prazo do contrato, o que ocorrer primeiro. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base que o imobilizado.

A Companhia adotou o IFRS 16 usando o método retrospectivo modificado (i.e., aplicando as exigências da norma para todos os contratos existentes na adoção inicial em 01 de janeiro de 2019) e, portanto, não reajustou os valores comparativos para períodos de divulgação anteriores, conforme permitido de acordo com as disposições transitórias específicas do IFRS 16. As reclassificações originadas das novas regras de arrendamento são, portanto, reconhecidas no balanço patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2019.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 provocou os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019:

	Ativo	Passivo
Reconhecimento em 01 de janeiro de 2019	1.019.768	(1.061.452)
Adições/reversões	(403.776)	382.798
Atualização cambial	-	(32.825)
Atualização monetária	-	(64.309)
Pagamentos efetuados	-	163.306
Amortização	(163.925)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 *	452.067	(612.482)

^{*} Considera 100% das variações ocorridas em 2019. Para fins de consolidação, foram considerados no resultado da PetroRio apenas 6 dias de atualização monetária e cambial das obrigações relacionadas à 51,74% ao Campo de Frade referentes ao primeiro trimestre de 2019, visto que a aquisição foi concluída em 25 de março de 2019, e 18,26% ao Campo de Frade referentes ao quarto trimestre de 2019.

Não houve outros efeitos significativos das alterações de práticas contábeis pela Companhia desde 2019.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 foram divulgados sem qualquer ênfase ou ressalva.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que exigem que a Administração da Companhia realize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia promove revisões nas suas estimativas e premissas de maneira contínua, e tais revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores que sejam afetados.

A Companhia acredita que as políticas contábeis elencadas abaixo representam políticas contábeis críticas, porque elas envolvem um alto grau de julgamento e complexidade na sua aplicação e exigem, ainda, que sejam feitas estimativas contábeis significantes. As seguintes descrições das políticas contábeis críticas e estimativas devem ser lidas juntamente com as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e com as notas explicativas e outros materiais divulgados.

Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda, e são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial, assim como outros ativos e passivos relacionados

Em novembro de 2020, a Companhia firmou um acordo com a Gas Bridge S.A. ("Gas Bridge") para alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati. Com essa transação, todos os ativos e passivos relacionados ao Campo foram reclassificados para Ativo Mantido para Venda e Passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, nos montantes de R\$ 74.508 mil e R\$ 4.502 mil, respectivamente.

Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada, pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois, o menor.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos ("successful efforts method of accounting"). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associado ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de funcionários,

materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

Caso reservas comerciais não sejam encontradas, o poço exploratório será baixado ao resultado. Quando reservas forem encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, estes custos serão baixados ao resultado. Quando forem identificadas reservas provadas e o desenvolvimento for autorizado, os gastos exploratórios da área serão transferidos para "ativos de óleo e gás".

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento malsucedidos) serão capitalizadas como "ativos de óleo e gás".

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longoprazo. As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. As estimativas de custos com abandono serão revistas pelo menos anualmente ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada mensalmente em base pró-rata considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

Instalações e infraestrutura cuja vida útil econômica é inferior à vida econômica das reservas do campo serão depreciados pelo método linear.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos, bem como qualquer contraprestação contingente a ser transferida será reconhecida pelo seu valor justo na data de aquisição.

O ágio é mensurado pelo excedente da contraprestação total em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

Provisão para recuperação de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão classificadas em rubrica específica ("perdas no valor recuperável de ativos") na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada concessão. A administração monitora periodicamente os indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou teste de perda ao valor recuperável dos seus ativos e realizou provisão no montante de R\$ 27.651 mil correspondente ao saldo das Sondas helitransportáveis que estão à venda.

Em 31 de dezembro de 2020, devido aos impactos provocados pela pandemia do COVID-19, a Companhia efetuou cálculos para a verificação do valor recuperável de seus ativos, frente aos valores contabilizados, e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão.

Em 31 de dezembro de 2021, com a recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional, a Companhia efetuou cálculos para a verificação do valor recuperável de seus ativos, frente aos valores contabilizados, e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão.

Transações envolvendo pagamento em ações

Os planos de remuneração baseados em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido ("Plano de Opção de Ações").

A Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos periodicamente. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício em contra partida de ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de Capital".

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo registrado no patrimônio líquido - resultado com remuneração baseada em ações - no montante de R\$ 30.946 mil, tendo como contrapartida a demonstração de resultado como custo de pessoal desde a outorga.

Das opções outorgadas, 221.062 opções foram exercidas em 01 de janeiro de 2019, com a integralização de R\$ 12.055 mil no capital social da Companhia.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo registrado no patrimônio líquido - resultado com remuneração baseada em ações - no montante de R\$ 108.991 mil, tendo como contrapartida a demonstração de resultado como custo de pessoal desde a outorga.

Das opções outorgadas, 1,5 milhão de opções foram exercidas em 01 de janeiro de 2020, com a integralização de R\$ 10.587 mil no capital social da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo registrado no patrimônio líquido - resultado com remuneração baseada em ações - no montante de R\$ 280.769, tendo como contrapartida a demonstração de resultado como custo de pessoal desde a outorga

Das opções outorgadas, 1.280.509 opções foram exercidas em 01 de janeiro de 2021, com a integralização de R\$ 13.622 mil no capital social da Companhia.

Provisão para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na opinião dos Administradores e assessores legais internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de "perda possível" são divulgados pela Administração, mas não registrados no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 27.284 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre trabalhistas (R\$ 15.282 mil), fiscais (R\$ 365 mil), cíveis (R\$ 11.637 mil) e incidente de Frade (R\$ 9.782 mil). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 1.936.067 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 75.809 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre trabalhistas (R\$ 6.284 mil), fiscais (R\$ 4.461 mil), cíveis (R\$ 55.282 mil) e incidente de Frade (R\$ 9.782 mil). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 1.296.736 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 65.613 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre trabalhistas (R\$ 18.191 mil), fiscais (R\$ 13.974 mil), cíveis (R\$ 24.268) e incidente de Frade (R\$ 9.180). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 795.405 mil.

CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro

Mudança de estimativa contábil

Em janeiro de 2019 a Companhia adotou os procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS 16 para os contratos de arrendamento mercantil com valores significativos e prazo superior a 1 ano, levando em consideração a vida útil dos Campos para a projeção dos valores futuros.

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 altera a forma de apresentação dos arrendamentos operacionais no Balanço Patrimonial das Companhias arrendatárias, bem como substitui o custo linear de arrendamento operacional pelo custo de amortização dos ativos objetos de direito de uso e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas

efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações, sendo este contabilizado na despesa financeira.

Após o levantamento dos contratos que poderiam se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento, foram desconsiderados arrendamentos de curto prazo com 12 meses ou menos de prazo, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

A Companhia adquiriu, em fevereiro de 2020, um FPSO que irá operar para os Campos de Tubarão Martelo e Polvo, substituindo desta forma, o que era afretado da BW para este Campo. Com esta aquisição, o prazo do contrato de afretamento do FPSO que antes seguia a vida útil do Campo agora passa a considerar a data de rescisão do contrato atual, que é junho de 2021. Esta alteração representou uma redução de R\$ 433.631 no ativo e passivo de arrendamento.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia realizou através de uma certificadora internacional independente (DeGolyer and MacNaughton) a reavaliação das reservas dos Campos de Polvo, Frade e Manati. Esta reavaliação apontou incremento de vida útil dos Campos, e consequentemente, redução das alíquotas de depreciação e extensão dos prazos para cálculo da provisão para abandono e do CPC 06R2 – IFRS16. Os estudos já levaram em consideração os efeitos da pandemia provocada pela COVID-19, que reduziram os preços de petróleo na visão de curto prazo.

A Companhia comparou as reservas constantes do relatório da D&M de 2020 com as apresentadas no relatório preparado pela D&M em 2018, e (i) adicionou a produção de cada campo para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 às reservas do relatório de 2020; e (ii) exclusivamente em relação ao Campo de Polvo, levou em consideração a aquisição do OSX-3 (que reduz os custos relacionados ao Campo de Polvo na medida em que acarreta o encerramento do afretamento do FPSO e conecta o OSX-3 ao campo). Como resultado, a Companhia concluiu que:

- no Campo de Polvo, a reavaliação apontou para um incremento da vida útil do campo até o final de 2026, e um aumento das reservas recuperáveis em aproximadamente 3 milhões de barris associadas às reservas líquidas provadas da Companhia.
- no Campo de Frade, a reavaliação apontou para um incremento da vida útil do campo até o final de 2030, e um aumento das reservas recuperáveis em aproximadamente 7 milhões de barris associadas às reservas líquidas provadas da Companhia.
- finalmente em Manati, a reavaliação apontou para um incremento da vida útil do campo até o final de 2026, com aumento das reservas recuperáveis em 132 milhões de m3 associadas às reservas líquidas provadas da Companhia.

No primeiro trimestre de 2021, a Companhia realizou através da certificadora internacional independente DeGolyer and MacNaughton a reavaliação das reservas dos Campos de Polvo, Tubarão Martelo, Frade e Manati. Esta reavaliação apontou alterações nas reservas e vida útil de alguns Campos, e consequentemente, alteração nas alíquotas de depreciação e extensão dos prazos para cálculo da provisão para abandono.

No Campo de Polvo, a reavaliação apontou a manutenção da vida útil do campo até o final de 2026, e um aumento das reservas provadas desenvolvidas em aproximadamente 3,6 milhões de barris, se comparados os mesmos períodos.

No Campo de Frade, a reavaliação apontou a manutenção da vida útil do campo até o final de 2030, e o mesmo montante de reservas provadas desenvolvidas, porém com incremento de aproximadamente 8,2 milhões de barris, relacionados à conclusão da aquisição dos 30% restantes do campo, se comparados os mesmos períodos.

No Campo de Tubarão Martelo, a reavaliação apontou um aumento da vida útil do campo até o final de 2034, e um aumento das reservas provadas desenvolvidas em aproximadamente 3,3 milhões de barris, se comparados os mesmos períodos.

Em Manati, a reavaliação apontou para uma redução da vida útil do campo para o final de 2025, mesmo apresentando aumento de 57 milhões de m3 em suas reservas provadas desenvolvidas.

Conexão entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo

Com a conclusão do tieback, a Companhia recalculou as estimativas de produção apontadas pela D&M para os Campos de Polvo e Tubarão Martelo, agora conectados, e a nova curva apontou a vida útil até 2033, para reservas provadas desenvolvidas, representando aumento de aproximadamente 7,5 milhões de barris. Essa nova projeção altera as bases utilizadas para depreciação dos ativos, bem com prazos de contratos de arrendamento e o cálculo da provisão de abandono dos campos, incluindo a atualização das taxas de desconto aplicadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há operações ativas e passivas, de qualquer natureza, que já não estejam registradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 10.7 Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
- (a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

(b) Natureza e o propósito da operação.

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8 - Plano de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Após a bem-sucedida campanha de perfuração em 2018, a Companhia aproveitou as informações relevantes obtidas para a definição dos principais alvos da Fase 3 do Plano de Revitalização, que consiste em uma nova campanha de perfuração em 2019. Para esta campanha foram mapeados 22 prospectos com potencial petrolífero, dos quais a PetroRio esperava perfurar até quatro prospectos em 2019, mantendo 18 prospectos para campanhas futuras.

Para dar início à Campanha de Perfuração de 2019 (Fase 3), foi concluída a manutenção da sonda de perfuração de propriedade da PetroRio. Esta manutenção incluiu um major overhaul de alguns equipamentos, contribuindo para o aumento da integridade e confiabilidade da unidade e possibilitando uma operação mais segura. A Companhia confirmou, por meio da perfuração de poço piloto, a presença de óleo em dois reservatórios carbonáticos (prospectos "Ipanema" e "Leblon") na Formação Quissamã e um reservatório arenítico na Formação Emborê, do Eoceno. A Companhia concluiu um poço produtor no reservatório carbonático de Ipanema, com net pay estimado de 76 metros, cujo óleo apresentou viscosidade acima do esperado. A Companhia concluiu dois poços produtores, um no reservatório carbonático do prospecto Ipanema (POL-N) e um no reservatório arenítico do prospecto Praia do Forte (POL-L).

Em 2020, a PetroRio iniciou a produção do poço POL-L, no Eoceno, e verificou uma vazão inicial superior a 2.500 barris por dia, o que representa um incremento de quase 30% na produção do Campo de Polvo, que voltou a apresentar uma produção diária próxima aos 11,000 barris por dia nos primeiros dias de produção do poço.

As reservas da Companhia também foram positivamente impactadas pelo sucesso da campanha. A PetroRio estima que o poço POL-L possa ter agregado cerca de 3 milhões de barris de óleo recuperável e o custo total da 3ª Fase da Campanha de Revitalização de Polvo tenha sido de aproximadamente US\$ 20 Milhões.

A PetroRio planeja o Plano de Revitalização do Campo de Frade, que busca aumentar o fator de recuperação do ativo e atender às condições da ANP para a extensão da concessão até 2041. O projeto global considera a perfuração de quatro poços produtores e três injetores. Os reservatórios objetos do Plano de Revitalização foram selecionados com base no baixo fator individual de recuperação (inferior a 10% até dezembro de 2019).

No dia 3 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou contratos compreendendo a aquisição (i) da embarcação OSX-3, por US\$ 140 milhões; e (ii) de 80% ("farm-in") do Campo de Tubarão Martelo, onde a embarcação OSX-3 encontra-se afretada. Estas aquisições permitirão a interligação ("tieback") entre os campos de Polvo e Campo de Tubarão Martelo, simplificando o sistema de produção e criando um polo privado na região, o que irá gerar sinergias significativas, reduções do lifting cost e a extensão da vida econômica dos campos.

O Campo de Tubarão Martelo alcançou seu pico de produção em 2014, atingindo 14.000 barris de óleo por dia. O ativo produz até dezembro de 2019 cerca de 5.800 bbl/dia e atualmente realiza uma Campanha de Revitalização com o objetivo de aumentar a produção do Campo de Tubarão Martelo.

No dia 14 de julho de 2021, a Companhia anunciou a conclusão da interligação ("tieback") entre os campos de Polvo e Tubarão Martelo ("TBMT"), tornando a PetroRio a primeira empresa independente a criar um polo ("cluster") privado de produção de campos maduros na região da Bacia de Campos.

O projeto de interligação entre a Plataforma Polvo-A e o FPSO Bravo, que teve duração total de 11 meses e custo de US\$ 45 milhões, possibilitará uma redução de custos operacionais ("OPEX") da ordem de US\$ 50 milhões por ano para a PetroRio, correspondentes ao valor de leasing do

FPSO Polvo, atualmente afretado ao campo e operado pela BW Offshore, e gastos com manutenção e diesel. O custo total de operação do cluster, que estava em cerca de US\$ 120 milhões por ano, será reduzido a aproximadamente US\$ 70 milhões por ano.

A redução dos custos absolutos do novo cluster permitirá que mais óleo seja recuperado nos reservatórios, durante um maior período, aumentando consideravelmente o fator de recuperação dos campos. De acordo com o relatório de certificação de reservas da DeGolyer and MacNaughton ("D&M"), publicado em 2021, o cluster tem vida econômica até 2037 (ao considerarmos as reservas provadas 1P), o que representa uma extensão de 10 anos para Polvo e 12 anos para Tubarão Martelo.

A partir de 14 de julho de 2021, data de conclusão do tieback entre os campos de Polvo e Tubarão Martelo, a PetroRio passou a ter o direito sobre 95% do óleo do polo Polvo + TBMT até os primeiros 30 milhões de barris de óleo produzido, e 96% do óleo do polo após 30 milhões de barris produzidos, assim como será responsável por 100% dos custos de Opex, Capex e abandono dos campos.

A distância do tieback entre a plataforma Polvo-A e o FPSO Bravo é de 11 quilômetros, compreendendo 22 quilômetros de linhas instaladas, entre a linha de produção (flowline) e umbilical elétrico. Na fase final do projeto, foram realizadas duas paradas programadas, de 10 dias em Polvo e 7 dias em TBMT, para adequações no sistema elétrico, nas linhas de produção e no processamento de óleo e água produzida.

O sucesso na implementação desse projeto, de grande relevância para a estratégia da PetroRio, demonstra grande capacidade de execução e pontualidade de seus times de projetos operacionais, que se mostram aptos para implementar os projetos futuros, como a Revitalização de Frade, o desenvolvimento de Wahoo e o projeto de interligação de Frade e Wahoo.

A PetroRio planeja o Plano de Revitalização do Campo de Frade, que busca aumentar o fator de recuperação do ativo e atender às condições da ANP para a extensão da concessão até 2041. O projeto global considera a perfuração de quatro poços produtores e três injetores, divididos em duas fases: a primeira, prevista para ocorrer em 2022, prevê a perfuração de um poço produtor e dois injetores. Os reservatórios objetos do Plano de Revitalização foram selecionados com base no baixo fator individual de recuperação (inferior a 10% até dezembro de 2019). Em 13 de julho de 2021, a Companhia assinou a contratação da sonda NORBE VI com a Ocyan Drilling S.A para o início da Campanha de Revitalização do Campo de Frade e do desenvolvimento de Wahoo.

O contrato entrará em vigor em março de 2022 e possibilitará a perfuração de 3 poços em Frade (1 produtor e 2 injetores) seguidos dos 4 poços produtores em Wahoo. O período inicial do contrato será de 500 dias, e a PetroRio terá a opção de estender o prazo por mais 350 dias adicionais, em incrementos de 70 dias.

A sonda, construída em 2010, é uma plataforma de perfuração semissubmersível, com posicionamento dinâmico capaz de operar em lâmina d'água de até 2,4 mil metros e perfurar poços até 7,5 mil metros.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Chevron:

A Companhia assinou em 29 de janeiro de 2019 com vigência a partir de 25 de março de 2019, com a Chevron Latin America Marketing LLC e Chevron Amazonas LLC, um contrato para aquisição da Chevron Brasil Upstream Frade Ltda., Chevron Frade LLC e Frade B.V. no valor de US\$ 224.023 milhões, com prazo de dois anos. O financiamento tem custo de Libor + 3% a.a. Em junho de 2020 foi assinado aditivo ao contrato alterando o prazo final do contrato para novembro de 2021, com quitação em 3 parcelas, sendo a primeira em novembro de 2020, a segunda em maio de 2021 e a última em novembro de 2021, com juros renegociados de 7% a.a. Em maio de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

ICBC:

A Companhia possuía 2 contratos de financiamento com o banco chinês ICBC. Um contrato de pré-pagamento à exportação de US\$ 60 milhões com prazo de quatro anos e um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de US\$ 9 milhões. Em novembro de 2020, o financiamento de US\$ 9 milhões foi quitado e em dezembro de 2020 a Companhia quitou antecipadamente o contrato de US\$ 60 milhões, zerando seu saldo em aberto com o banco. O financiamento tinha custo de Libor + 3% a.a. e Libor + 2,5% a.a., respectivamente.

Citibank:

Em setembro de 2019, a Companhia assinou com o Banco Citibank um contrato de antecipação de recebíveis no valor de US\$ 48 milhões com prazo de 4 meses e custo de Libor + 3% a.a., quitado no dia 24 de janeiro de 2020. Em outubro de 2020, a Companhia assinou contrato de empréstimo na forma de um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) de US\$ 8 milhões com taxa de 3.28% a.a.

Em março de 2021 e abril de 2021, a Companhia assinou dois contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Citibank no valor de US\$ 25 milhões e taxa de 2,63% a.a. e US\$ 7 milhões e taxa de 2,64% a.a. respectivamente. O primeiro foi integralmente quitado em setembro de 2021 e o segundo foi integralmente quitado em junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os débitos da Companhia decorrentes de contratos celebrados com o Citibank já se encontravam quitados.

Trafigura:

A Companhia assinou 2 contratos de pré-pagamento à exportação com a Trafigura PTE Ltd, sendo um no dia 20 de dezembro de 2019 no valor de US\$ 47 milhões com custo de Libor + 2,75% a.a. e prazo de 6 meses e outro em 22 de janeiro de 2020 no valor de US\$ 50 milhões com custos de Libor + 2,75% a.a. e prazo de 4 meses, integralmente quitados dentro do segundo trimestre de 2020. Em dezembro de 2020, a Companhia assinou mais um contrato de prépagamento à exportação com a Trafigura PTE Ltd, no valor de US\$ 35 milhões com custo de Libor + 3,75%. Em março de 2021, o contrato foi integralmente quitado conforme previsto.

China Construction Bank - CCB:

A Companhia assinou 4 contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o banco China Construction Bank, sendo um no dia 24 de junho de 2019 no valor de US\$ 5,242 milhões com custos de 5% a.a. e prazo de 1 ano, outro em 10 de julho de 2019 no valor de US\$ 2,600 milhões com custos de 5,2% a.a. e prazo de 6 meses, um terceiro no dia 29 de novembro de 2019 no valor de US\$ 15,560 milhões com custos de 5,65% a.a. e prazo de 1 ano, e um quarto no dia 09 de março de 2020 no valor de US\$ 2,160 milhões com custos de 5,65% a.a. e prazo de 1 ano. Em novembro de 2020, a Companhia aditou o contrato de US\$ 15,560 milhões para pagamento em 3 parcelas.

Em março de 2021 e abril de 2021, a Companhia assinou dois contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o China Construction Bank no valor de US\$ 19 milhões e taxa de 4,00% a.a. e US\$ 8 milhões e taxa de 4,00% a.a. respectivamente. O primeiro foi quitado em novembro de 2021 e o segundo foi quitado em outubro de 2021.

Credit Suisse:

A Companhia utilizava o limite de crédito da conta do Credit Suisse para financiamento de custos de manutenção do Polvo e de capital de giro para as operações da Companhia. O prazo é atrelado à manutenção de aplicações financeiras no banco, que funcionam como lastro desta linha de crédito, que tem custo de Libor+1,9% ao ano, gerando R\$ 133 mil de despesa financeira no exercício de 2018.

A Companhia não utiliza mais esse limite junto ao Credit Suisse dado que não possui financiamento vigente junto à instituição.

FINEP:

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 contrato com a FINEP para uma linha de crédito de R\$ 90 milhões com prazo de 10 anos, incluindo 2,5 anos de carência. O custo do financiamento é de TJLP + 1,5% a.a. Em maio de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

Fibra:

A Companhia assinou em 06 de dezembro de 2019 contrato com o Banco Fibra para uma linha de crédito de US\$ 10 milhões com prazo de 1 ano e custo de 7,15% a.a. Após quitado, a Cia assinou mais um contrato em 30 de novembro de 2020 no valor de US\$ 3,8 milhões com prazo de 1 ano e custo de 6,8% a.a.. Em março de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

Bradesco:

A Companhia assinou 3 contratos de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Bradesco, sendo um no dia 28 de agosto de 2019 no valor de US\$ 2 milhões quitado no dia 20 de fevereiro de 2020 com custos de 3.98% a.a. e prazo de 6 meses, outro em 09 de março de 2020 no valor de US\$ 2 milhões com custos de 3.20% a.a. e prazo de 1 ano, e um terceiro em 09 de março de 2020 no valor de US\$ 3 milhões com custos de 3.20% a.a. e prazo de 1 ano. Em março de 2021, os contratos foram integralmente quitados.

Em março de 2021, a Companhia assinou um contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Bradesco no valor de US\$ 10 milhões com taxa de 3,30% a.a. que foi integralmente quitado em junho de 2021.

Daycoval:

A Companhia assinou em 14 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Daycoval para uma linha de crédito de US\$ 5 milhões com prazo de 1 ano e custo de 9,2% a.a., sendo liquidado em 18 de novembro de 2020. Nesta data, a Companhia assinou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de US\$ 5 milhões com taxa de 8,7%. Em 08 de dezembro de 2020, a companhia aumentou seu limite junto ao Banco, contratando mais um valor de US\$ 2 milhões com prazo de 1 ano e taxa de 8,7%. Em março de 2021, o contrato foi integralmente quitado.

Em maio de 2021, a Companhia assinou um contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Daycoval no valor de US\$ 5 milhões com taxa de 4,00% a.a. que foi integralmente quitado em julho de 2021.

Santander:

A Companhia assinou em 28 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Santander para uma linha de crédito de US\$ 10 milhões com prazo de 4 meses e custo de Libor + 2,75% a.a. Em 25 de maio de 2020, a Companhia aumentou seu limite junto ao Banco, contratando mais um valor de US\$ 2 milhões com prazo de 4 meses e taxa de 5,33%. Ambos os contratos vêm tendo seus prazos aditados de 4 em 4 meses.

Em abril de 2021, a Companhia assinou um contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Santander no valor de US\$ 50 milhões com taxa de 3,92% a.a. que foi quitado em junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os débitos da Companhia decorrentes de contratos celebrados com o Santander já se encontravam quitados.

Votorantim:

A Companhia assinou em 28 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Votorantim para uma linha de crédito de US\$ 10,7 milhões com prazo de 4 meses e custo de 4,7% a.a. que foi quitado no prazo previsto.

ABC:

A Companhia assinou em 10 de março de 2020 contrato com o Banco ABC para uma linha de crédito de R\$ 15 milhões com prazo de 6 meses e custo de Libor + 3,15% a.a.

A Companhia assinou em 09 de abril de 2021 contrato um ACC com o Banco ABC no valor de US\$ 9 milhões, com prazo de 1 ano e custo de 3,98% a.a., liquidado antecipadamente em junho 2021. Em 26 de maio de 2021, a Companhia assinou mais um ACC com o Banco ABC no valor

de US\$ 5,7 milhões, com prazo de 1 ano e custo de 3,00% a.a, que foi integralmente quitado em julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os débitos da Companhia decorrentes de contratos celebrados com o Banco ABC já se encontravam quitados.

Caixa Econômica Federal:

A Companhia assinou em 06 de abril de 2020 contrato com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 30 milhões, com prazo de 1 ano e custo de 5,7% a.a. O contrato foi integralmente quitado em março de 2021 conforme previsto.

INPEX/Sojitz:

A Companhia concluiu em 01 de outubro de 2019 a aquisição das empresas White Shark e IONC, anteriormente de propriedade da INPEX Corporation e da Sojitz Corporation. Do valor total de aquisição, US\$ 15 milhões foram pagos apenas em janeiro de 2020.

Prisma Capital:

A Companhia assinou em 27 de janeiro de 2020 contrato com uma entidade do fundo Prisma Capital para um bridge loan no valor de US\$ 100 milhões ao custo de 8,95% a.a. Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia assinou o long term, em que o vencimento do valor total da dívida foi postergado para dezembro de 2022. Este contrato possuía cláusula de condição financeira (covenants) que, caso não atendida por duas vezes sem a devida reparação, pode causar o vencimento antecipado do contrato.

Este contrato foi integralmente quitado em junho de 2021 de forma antecipada e as garantias foram liberadas.

Safra:

A Companhia assinou em 23 de dezembro de 2020 contrato com o Banco Safra no valor de US\$ 5 milhões, com prazo de 6 meses e custo de 3,8% a.a.

Em abril de 2021, a Companhia assinou 1 contrato de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o Banco Safra no valor de US\$ 2,5 milhões com taxa de 3,00% a.a. que foi quitado em junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os débitos da Companhia decorrentes de contratos celebrados com o Safra já se encontravam quitados.

Banco do Brasil:

A Companhia assinou 2 contratos de ACC com o Banco do Brasil, um em 06 de novembro de 2020, no valor de US\$ 2,75 milhões com taxa de 4,00 a.a. e outro em 29 de dezembro de 2020, no valor de US\$ 5,7 milhões, com prazo de 6 meses e custo de 4,15% a.a. Os dois foram integralmente quitados em 2021.

Itaú:

A Companhia assinou 2 contratos de ACC com o Banco Itaú com valor somado de US\$ 30 milhões e taxa de 3,70% a.a. Os 2 foram quitados integralmente em julho de 2021.

BTG:

Em março de 2021, a Companhia assinou 1 contrato de ACC com o Banco BTG com valor de US\$ 50 milhões e taxa de 4,15% a.a. O contrato foi quitado integralmente em junho de 2021.

Debêntures Conversíveis:

Em outubro de 2014, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada e sem garantia, de colocação privada. Foram emitidas 4.359.624 debêntures, totalizando o R\$ 87,2 milhões. O prazo de conversão das debêntures em ações, a exclusivo critério dos debenturistas, teve início em outubro de 2015 sendo o vencimento em outubro de 2019. Das 4.359.624 debêntures emitidas, 99,9% foram convertidas em ações (4.356.405 debêntures, R\$ 87,2 milhões revertidos para o Capital Social),

e o restante (3.219 debêntures), com o fim do prazo, foi liquidado em dinheiro em outubro de 2019, pelo montante de R\$ 64 mil.

Bond emitido em junho/21:

Em 9 de junho de 2021, a Companhia emitiu dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 600 milhões ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, em 09 de junho de 2026, enquanto a amortização dos juros é semestral, sendo a primeira amortização em dezembro de 2021.

Este contrato possui cláusula de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado.

A PetroRio acredita que os contratos de financiamento (bancários e com o mercado de capitais) e o relacionamento com os principais bancos nacionais e estrangeiros são primordiais para fazer frente aos investimentos planejados nos seus ativos e em potenciais novas aquisições, reduzindo o custo de capital para os projetos já iniciados, aumentando o prazo médio dos passivos e contribuindo para a otimização da estrutura de capital da Companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 5 de novembro de 2020 foi assinado acordo com a Gas Bridge S.A. ("Gas Bridge"), para a alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati ("Manati").

Em 19 de abril de 2022, a Companhia comunicou formalmente à Gas Bridge o encerramento do acordo de alienação da participação de 10% do Campo de Manati, uma vez que as condições precedentes não foram cumpridas dentro do prazo previsto em contrato.

A PetroRio vê um futuro promissor para o Campo, particularmente frente ao recente cenário do mercado de gás. Entretanto, não descarta futuras transações envolvendo Manati.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Em 25 de março de 2019 a Companhia concluiu por meio de sua controlada indireta Lux Holding a operação de aquisição de 100% das ações da Jaguar e 100% das ações da Frade LLC. Estas empresas possuem, em conjunto, 51,74% de participação no consórcio que opera o Campo de Frade, 51,74% do FPSO e dos Equipamentos Submarinos que operam no Campo e o mesmo percentual sobre as ações da Empresa Frade B.V., empresa localizada na Holanda, proprietária legal dos ativos importados sob o regime especial (REPETRO). A Companhia também passa a ser operadora do Campo de Frade, podendo influenciar nas decisões do consórcio e implementar reduções de custo e sinergias em sua operação. Adicionalmente, a Jaguar possui 50% de participação na concessão do Bloco Exploratório CE-M-715, na Bacia do Ceará, no litoral Oeste, em área do município de Paracuru, a 120 km da costa do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a Companhia, que tem neste bloco parceria com a Ecopetrol, aguarda o licenciamento ambiental para iniciar as perfurações exploratórias.

A PetroRio concluiu em outubro de 2019, por meio da sua controlada indireta Lux Holding, a aquisição de 100% das ações da White Shark e 100% das ações da IONC. Estas empresas possuem, em conjunto, 18,26% de participação no consórcio que opera o Campo de Frade, 18,26% do FPSO e dos Equipamentos Submarinos que operam no Campo e o mesmo percentual sobre as ações da Empresa Frade B.V., empresa localizada na Holanda, proprietária legal dos ativos importados sob o regime especial (REPETRO).

(c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já

divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da pandemia de COVID-19 nas atividades da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o surto de COVID-19 causado pelo coronavírus Sars-Cov-2 configura uma pandemia. A pandemia, até a data desta Proposta, demonstrou ter impactos relevantes e condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimento global. A Companhia vem unindo esforços para planejar e implementar ações de combate à pandemia de COVID-19, com investimentos realizados até esta data que superaram R\$2.000 mil.

A Companhia possui um plano de contingência para a pandemia COVID-19 (PRIO00-HSE-PLN-0003) onde está estabelecido o sistema de testagem, acompanhamento dos casos positivos, bem como as medidas de orientação dos colaboradores que trabalham embarcados e no escritório. Dentre as medidas estabelecidas, além do disposto nos itens 3.3 e 7.9 do Formulário de Referência da Companhia, destaca-se:

- compras e disponibilização de equipamentos de proteção individual específicos, itens de higienização e equipamentos clínicos para os colaboradores em suas atividades, bem como nos casos de isolamento (disponibilização de álcool gel, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos empregados);
- realização de testes para controle de COVID-19 (RT-PCR, sorológico e PCR-antígeno) em colaboradores, fornecedores e parceiros;
- disponibilidade de médico dedicado para atendimentos e orientações específicas de COVID-19 para colaboradores;
- testagem semanal de todos os colaboradores do escritório;
- testagem pré-embarque de todos os colaboradores próprios e terceiros;
- estabelecimento de protocolo para desembarque dos colaboradores que testam positivo; e
- intensificação da comunicação com colaboradores para compartilhamento de informações qualificadas e orientações, a partir de distribuição de comunicados, cartilhas e vídeos.

Não houve perda de projetos como consequência da pandemia, apenas houve adiamento da campanha exploratória do Campo de Frade. A eficácia das ações implementadas permitiu a manutenção dos contratos e das atividades da Companhia e suas investidas, do orçamento previsto para o ano, sem perda de receita. Desta forma, a Administração da Companhia, com base no exercício de seu melhor julgamento, entendeu não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas à COVID 19 em suas operações.

Os eventos e condições geradas pela disseminação da COVID 19 não geraram incertezas relacionadas à continuidade operacional da Companhia, *impairment* de ativos não financeiros, realização dos tributos diferidos, de itens do ativo não circulante, imobilizado, estoques,

intangível e contas a receber junto a terceiros/clientes e não houve a necessidade de revisão geral do plano orçamentário da Companhia e suas controladas, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e para o exercício financeiro corrente.

A Companhia obteve e pode vir a obter novas captações de empréstimos e financiamentos com o objetivo de reforçar o seu caixa durante a pandemia. Para mais informações sobre empréstimos e financiamentos captados pela esta data de Referência, vide item 10.1(f) acima.

Todas as informações que a Administração da Companhia considera relevantes e pertinentes a esta seção foram apresentadas nos itens acima.

Demonstrações Financeiras Pro Forma 2019 Não Auditadas

Em 25 de março de 2019 a Companhia concluiu a aquisição de participação de 51,74% no Campo de Frade (e ativos operacionais relacionados) da Chevron e, em 1º de outubro de 2019, concluiu a aquisição de uma participação adicional de 18,26% no Campo Frade (e ativos operacionais relacionados) da INPEX, que juntas são denominadas "Aquisições do Campo de Frade". As aquisições se deram através da compra de 100% das ações das empresas Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda. ("Jaguar"), Chevron Frade LLC ("Frade LLC"), Petro Rio White Shark Petróleo Ltda ("White Shark") e Inpex Offshore North Campos, Ltd. ("IONC"), além de 70% das ações da empresa Frade B.V. ("Frade BV").

As seguintes informações financeiras *pro forma* não auditadas estão sendo incluídas neste documento devido à importância das Aquisições do Campo de Frade à Companhia como um todo e combina a demonstração de resultado consolidada auditada da PetroRio referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e dá efeito *pro forma* às Aquisições do Campo de Frade como se tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

Os ajustes *pro forma* não auditados são baseados em estimativas, informações disponíveis e certos pressupostos que a administração acredita serem razoáveis, factualmente favoráveis e diretamente atribuíveis às Aquisições do Campo de Frade. As informações financeiras *pro forma* não auditadas estão sendo fornecidas apenas para fins ilustrativos e não representam quais seriam os resultados de operações da Companhia se essas aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019 e não se destinam a projetar os resultados de operações para qualquer período futuro. Qualquer um dos fatores subjacentes às estimativas e suposições pode mudar ou provar ser materialmente diferente.

Essa informação *pro forma* foi preparada de acordo com o OCPC06 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da Deliberação CVM 709 de 2013. Essas informações *pro forma* não são auditadas e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as notas que a acompanham. As colunas em dólares americanos são traduções livres dos valores correspondentes, convertidas diretamente das declarações originais em reais a uma taxa de câmbio de R\$5,6407 para US\$1,00 a partir de 30 de setembro de 2020.

PÁGINA: 76 de 78

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

	I	II	11	II	II	II	III		IV
	Petro Rio Consolidad	Jaguar	White	Frade	IONC	Frade	Ajuste	Pro	Forma
	0	J	Shark	LLC		BV	•		
	Divulgado								
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)
	(auditado)					auditado)			
Receita líquida	1.644.346	212.278	178.099	67.809	81.437	-	(149.246)	360.722	2.034.723
Custos de									
produtos/serviços	(940.379)	(209.518)	(143.608)	(85.186)	(81.437)	-	149.246	(232.397)	(1.310.882)
Resultado bruto	703.967	2.760	34.491	(17.377)	-	-	-	128.325	723.841
Receita (despesa)									
operacional	174.289	42.249	354.000	(3.931)	472.769	-	(77.316)	170.557	962.060
Resultado antes									
das receitas	878.256	45.009	388.491	(21.308)	472.769	_	(77.316)	298.882	1.685.901
(despesas)	070.230	43.003	300.431	(21.300)	472.703		(77.510)	230.002	1.003.301
financeiras									
Receitas (despesas)									
financeiras	(337.254)	(15.056)	(98.364)	336	(7.956)	801	(9.753)	(82.835)	(467.246)
Renda antes do									
imposto de renda e									
contribuição social	541.002	29.953	290.127	(20.972)	464.813	801	(87.069)	216.047	1.218.655
Provisão para									
impostos sobre									
renda e contribuição									
social	301.344	-	-	-	(1.311)	21	-	53.194	300.054
Lucro (prejuízo)									
Líquido do									
exercício	842.346	29.953	290.127	(20.972)	463.502	822	(87.069)	269.241	1.518.709

Notas:

- (I) Esta coluna é derivada da demonstração de resultados consolidada auditada e histórica da Petro Rio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Reflete os resultados das operações do Campo de Frade atribuíveis à participação da Companhia de 51,74% para o período de 25 de março de 2019 a 1º de outubro de 2019 (após a aquisição da participação de 51,74% anteriormente detida pela Chevron no Campo de Frade) e a participação da Companhia de 70% para o período de 1º de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 (após a aquisição da participação de 18,26% anteriormente detida pela INPEX no Campo de Frade).
- (II) Esta coluna apresenta (i) os resultados das operações no Campo de Frade atribuíveis à participação da Companhia de 51,74% no Campo de Frade para o período de 1º de janeiro de 2019 a 24 de março de 2019 e (ii) os resultados das operações no Campo de Frade atribuíveis à participação da Companhia de 18,26% para o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019.
- (III) Esta coluna mostra os ajustes *pro forma* aplicados para refletir (i) a depreciação do efeito de alocação do preço em decorrência da aquisição do Campo de Frade, bem como os custos financeiros do empréstimo utilizado para esta aquisição, para o período de 1º de janeiro de 2019 a 24 de março de 2019, (ii) a depreciação do efeito de alocação do preço em decorrência da aquisição do Campo de Frade INPEX para o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019; e (iii) os efeitos dos procedimentos de consolidação, conforme demonstrado abaixo. O ajuste do valor de R\$ 149.246 mil refere-se à eliminação da receita do IONC e Frade LLC contra o custo consolidado da Companhia, uma vez que correspondem ao valor do leasing do FPSO para a Petro Rio White Shark Petróleo Ltda. e Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda.

	Petro Rio Consolidado Divulgado	Jaguar	White Shark	Frade LLC	IONC	Frad e BV	Ajuste	Pro Forma
Receitas (despesas) operacionais (R\$ mil)	Auditado			N	ão auditad	lo		
Despesas de geologia e geofísica	(595)	-	-	-	-	-	-	(595)
Despesas com pessoal	(48.245)	12.592	-	-	(1.120)	-	-	(36.773)
Despesas gerais e administrativas	(25.147)	(1.419)	(3.082)	(1.346)	(5.379)	-	-	(36.373)
Despesas com serviços de terceiros	(34.519)	(3.363)	(3.790)	-	(7)	-	-	(41.679)
Impostos e taxas	(11.130)	257	-	(8.668)	(7.535)	-	-	(27.076)
Despesa de depreciação e amortização	(126.080)	(2.109)	-	-	-	-	(77.316)	(205.505)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	420.005	36.291	360.872	6.083	486.810	-	-	1.310.061
Resultado operacional antes do resultado financeiro	174.289	42.249	354.000	(3.931)	472.769	-	(77.316)	962.060

	Petro Rio Consolidado Divulgado	Jaguar	White Shark	Frade LLC	IONC	Frade BV	Ajuste	Pro Forma
Receitas (despesas) financeiras (R\$ mil)	Auditado	Não auditado						
Receitas financeiras	377.142	27.724	138.893	336	47.981	825	-	592.901
Despesas financeiras	(714.396)	(42.780)	(237.257)	-	(55.937)	(24)	(9.753)	(1.060.147)
Total receitas (despesas) financeiras	(337.254)	(15.056)	(98.364)	336	(7.956)	801	(9.753)	(467.246)

⁽IV) Esta coluna representa a soma das colunas I, II e III.

⁽V) Somente para a conveniência do leitor, os valores em reais foram traduzidos para dólares americanos à taxa de câmbio (PTAX) de 30 de setembro de 2020 de R\$ 5,6407, divulgada pelo Banco Central do Brasil.